

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CARLOS HENRIQUE WESTERMANN**

**O DESENVOLVIMENTISMO NO PERÍODO MILITAR BRASILEIRO – UMA  
ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ENTRE 1964 E 1985**

**Porto Alegre**

**2022**

**CARLOS HENRIQUE WESTERMANN**

**O DESENVOLVIMENTISMO NO PERÍODO MILITAR BRASILEIRO – UMA  
ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ENTRE 1964 E 1985**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho

**Porto Alegre**

**2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Westermann, Carlos Henrique

O desenvolvimentismo no período militar brasileiro  
- uma análise das políticas econômicas entre 1964 e  
1985 / Carlos Henrique Westermann. -- 2022.

62 f.

Orientador: Hélio Afonso De Aguiar.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ditadura Militar. 2. Desenvolvimentismo. 3.  
Crescimento Econômico. I. De Aguiar, Hélio Afonso,  
orient. II. Título.

**CARLOS HENRIQUE WESTERMANN**

**O DESENVOLVIMENTISMO NO PERÍODO MILITAR BRASILEIRO – UMA  
ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS ENTRE 1964 E 1985**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho

UFRGS

---

Prof. Dr. Sergio Marley Modesto Monteiro

UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, em especial aos meus pais, Denise e Carlos, pelo suporte incondicional e por sempre estarem ao meu lado.

À família Kunzler, pelo suporte na reta final dessa etapa. Em especial à Sophia, por toda a paciência e ajuda durante esse período.

A todos os professores, em especial ao meu orientador Hélio Afonso de Aguiar Filho, por todos os ensinamentos e pela paciência durante a execução dessa monografia.

Por fim, aos meus colegas e amigos de curso: Helen, Leonardo, Lyan, Maria Eduarda, Matheus e Rafael. Vocês fizeram os meus dias mais leves e a graduação mais fácil. Levo vocês da graduação para o resto da vida.

## RESUMO

A presente monografia busca investigar a presença de desenvolvimentismo nas políticas econômicas propostas pelos governos durante a ditadura militar brasileira. A partir da definição das variáveis básicas do desenvolvimentismo, como industrialização, plano nacional e intervenção estatal; buscou-se identificar a presença dessas dentro de cada subperíodo da ditadura militar, a partir dos dados trazidos dentro da literatura acadêmica sobre o período. Para isso, dividiu-se a monografia em 5 capítulos. No primeiro, há a introdução da temática e da hipótese do restante do trabalho. No segundo, encontra-se a definição do conceito de desenvolvimentismo e sua contextualização histórica dentro do Brasil. Ainda dentro desse capítulo há a definição da metodologia que foi usada no restante do trabalho. No terceiro capítulo foi feito um apanhado histórico quanto a conjuntura político-econômica vivida em cada governo do período. Nesse é feita a exposição dos dados que serviram para o desenvolvimento do capítulo que o sucede. No quarto, foi feita a análise de cada subperíodo buscando identificar a presença das variáveis necessárias para a caracterização do desenvolvimentismo, e é exposto o resultado para cada subperíodo. E no quinto e último capítulo é feita a conclusão dessa monografia, onde evidencia-se a presença de desenvolvimentismo em metade dos governos do período analisado.

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Desenvolvimentismo. Crescimento econômico.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to investigate the presence of developmentalism in economic policies proposed by governments during the Brazilian military dictatorship. After the definition of the basic variables of developmentalism, such as industrialization, national planning, and state intervention; we sought to identify the presence of these variables within each sub-period of the military dictatorship, based on data from the academic literature about the period. To achieve this objective, the monograph was divided into 5 chapters. In the first one, there is the introduction of the theme and the hypothesis. In the second one, there is the definition of the concept of developmentalism and its historical contextualization within Brazil. Also, within this chapter there is the definition of the methodology that was used in the rest of analysis. In the third chapter, a historical overview was developed, regarding the political-economic situation experienced in each government of the period. In this one, was presented data that served for the development of the chapter that succeeds. In the fourth chapter, the analysis of each sub-period was carried out to identify the presence of the variables needed for the characterization of developmentalism, and the result for each sub-period was exposed. In the fifth and last chapter, the conclusion of this monograph is presented, which indicates that in half in the governments from Brazilian military dictatorship is possible to identify developmentalism.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship. Developmentalism. Economic growth.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTISMO: HISTÓRIA E CONCEITO</b> .....	<b>11</b>
<b>3. O REGIME MILITAR BRASILEIRO</b> .....	<b>22</b>
3.1. OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR DE 1964 A 1967 .....	22
3.2. O MILAGRE ECONÔMICO – 1967 A 1973 .....	29
3.3. GOVERNO GEISEL E II PND – 1973 A 1979 .....	35
3.4. GOVERNO FIGUEIREDO E O FINAL DO REGIME – 1979 A 1985 .....	41
<b>4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS</b> .....	<b>46</b>
4.1. OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR DE 1964 A 1967 .....	49
4.2. O MILAGRE ECONÔMICO – 1967 A 1973 .....	52
4.3. GOVERNO GEISEL E O II PND – 1973 A 1979 .....	56
4.4. GOVERNO FIGUEIREDO E O FINAL DO REGIME – 1979 A 1985 .....	59
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>65</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em março de 1964, sustentado na ideia de proteger o Brasil de um comunismo iminente e reestabelecer as vias para o crescimento econômico vivido em períodos anteriores, é instaurado o governo militar no país.

Durante duas décadas os militares estiveram no comando no Brasil, neste período, pode-se contabilizar uma fase de estabilização política e econômica, seguida por períodos de grande crescimento econômico e ao final períodos de instabilidade, causados, em certa forma, pelas políticas adotadas pelos próprios militares.

As elevadas taxas de crescimento vividas durante o milagre econômico e durante a década de 70 já foram objeto de estudos de diferentes autores, como Resende (2020), Castro (1985), Lago (2020), Herrmann (2011), Macarini (2005; 2006; 2008), entre outros. Todavia, mesmo que o governo militar tenha sido amplamente estudado, carece de estudos específicos quanto a presença ou não de traços desenvolvimentistas na formulação das políticas econômicas do período, apesar de essa ser uma hipótese levantada frequentemente dentro da academia.

De fato, estudos aplicados a presença de desenvolvimentismo tornam-se complexos por conta da pluralidade a redor do conceito desse tema. Conforme Fonseca (2015), o desenvolvimentismo como conceito já é usado entre os economistas frequentemente e se tornou presente na mídia por conta disso; entretanto, ainda carece de uma definição precisa. Assim, diferentes autores trazem suas definições ao desenvolvimentismo e às práticas desenvolvimentistas. O próprio autor estuda o que seria o cerne do conceito, em busca de uma formulação de um núcleo duro, que será estudado dentro deste trabalho.

Segue que o objetivo principal deste trabalho é suprir a carência existente para análises quanto ao viés das políticas adotadas durante o período do governo militar, deixando explícito se houve ou não presença dessa ideologia dentro da formulação das políticas econômicas a época, e se essa foi presente durante todos os governos do período.

Para isso, será abordado durante essa análise a definição de desenvolvimentismo, deixando claro ao leitor o que será considerado ou não dentro do escopo desse conceito. Após isso, será feita uma breve passagem pela evolução da ideologia desenvolvimentista dentro do cenário brasileiro, juntamente com uma breve recapitulação dos governos que antecedem diretamente o governo militar instaurado em 1964. Posteriormente, será feito um apanhado histórico de cada período, analisando cada um deles e conferindo se possuem ou não os requisitos para serem considerados desenvolvimentistas. Por fim, será exposto um apanhado dos resultados deste trabalho em um capítulo conclusivo.

## 2. DESENVOLVIMENTISMO: HISTÓRIA E CONCEITO

Este segundo capítulo terá foco no conceito de desenvolvimentismo, o qual servirá de base para classificar os períodos estudados como desenvolvimentistas ou não, e percorrerá brevemente sobre a história dessa ideologia dentro do Brasil. Essas duas temáticas se entrelaçam ao longo do capítulo, a fim de evidenciar a necessidade de ressaltar a importância do contexto histórico para formulação de ideias.

Dessa forma, pode-se afirmar que o objetivo principal desta primeira parte é o entendimento do conceito de desenvolvimentismo e sua contextualização histórica, e, como objetivo secundário, tem-se a definição da metodologia a qual será usada para a classificação dos períodos históricos como desenvolvimentistas.

O desenvolvimentismo marca a sociedade latino-americana desde o século XX, principalmente depois da Grande Depressão de 30, quando são adotadas práticas e estratégias governamentais de cunho mais industrial-desenvolvimentista. Porém, consolida-se como forma de pensamento econômico durante as décadas de 1950 e 1960, conforme cita Fonseca (2015).

Nessa mesma linha, Bielschowsky (2021) entende que o desenvolvimentismo dentro do Brasil se inicia também durante a década de 30, principalmente após a tomada do poder por Getúlio Vargas, que quebra os paradigmas existentes e rompe com as políticas oligárquicas que não abriam espaço para planos industriais no Brasil.

Ainda segundo Bielschowsky (2021), o desenvolvimentismo dentro do Brasil possui o seu apogeu até a década de 1960. Com isso o autor divide o período que se estende de 1930 a 1960 da seguinte forma:

- a) 1930-1944 – Origem do desenvolvimentismo;
- b) 1945-1955 – Amadurecimento do desenvolvimentismo;
- c) 1956-1964 – Auge e crise do desenvolvimentismo.

Sendo o período que se estende de 1956 a 1960 o período de auge da ideologia dentro do Brasil; e de 1961 a 1964 o período de crise, que viria a ser um dos motivos para o golpe militar de março de 1964.

Assim como no Brasil, pode-se dizer que no resto da América Latina, o desenvolvimentismo esteve presente desde a década de 30, mas é com a chegada da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) na década de 50, que pensadores como Celso Furtado e Raúl Prebisch tem suas ideias proliferadas de forma mais rápida dentro da região. Fonseca (2015) ressalta que a CEPAL trabalhou como catalisador do desenvolvimentismo, difundindo o trabalho de diversos pensadores naquele período, como exemplo os dois citados anteriormente, sendo assim, essencial para essa consolidação da ideologia dentro da América Latina.

A análise histórica feita por Furtado desde o período colonial brasileiro até a metade do século XX é essencial para mostrar a formação do subdesenvolvimento do país. Baseado nesse subdesenvolvimento, com o intuito de vencê-lo, os economistas do século passado colocaram seus esforços para a formulação de estratégias de desenvolvimento nacional.

Antes de seguir com uma análise mais criteriosa da história da formação da ideologia dentro do Brasil, é importante contextualizar o que seria o desenvolvimentismo e o espectro ideológico que o circunda. Além disso, este esclarecimento faz-se necessário para a definição da metodologia, e seguimento dos demais capítulos deste trabalho.

O desenvolvimentismo como conceito pode ser ambíguo, uma vez que, dentro da literatura esse recebeu diferentes definições e exemplificações práticas. Fonseca (2015) pondera sobre esse conceito, uma vez que esse já é amplamente usado entre os economistas, e presente na mídia; entretanto, ainda carece de uma definição precisa.

Essa carência, abre o leque para que cada autor traga aspectos diferentes ao definir o conceito, e o explique de diferentes formas, como dito anteriormente. Para Bielschowsky, em seu estudo quanto a formulação da ideologia desenvolvimentista brasileira entre 1930 e 1964, a definição do conceito de desenvolvimentismo seria da seguinte forma:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2021, p.7)

Enquanto para Bresser-Perreira (2007), também estudando o cenário brasileiro entre 1930 e 1970, o conceito se define por um conjunto de estratégias de desenvolvimento econômico que visavam o crescimento a partir da industrialização, essa sendo viabilizada pela ação estatal.

Todavia, o objetivo deste trabalho não é discutir qual seria o conceito de desenvolvimentismo em definitivo, tão pouco defini-lo ou demarcá-lo. Fonseca (2015) faz um estudo profundo sobre as mais diversas definições de desenvolvimentismo e/ou estado-desenvolvimentista dentro da literatura científica, buscando identificar as variáveis compartilhadas entre elas, a fim de tecer um núcleo duro para o conceito e defini-lo de forma coesa. O autor, então, define as 3 variáveis comuns nas mais diversas aparições dentro da literatura sobre o tema, as quais sugerem a possível convergência para um núcleo duro do conceito, sendo essas:

- a) A existência de um *Projeto deliberado* ou *estratégia*, que tenha por objetivo o futuro nacional, em outras palavras um *projeto nacional*;
- b) Intervencionismo *consciente pelo estado*, com o objetivo de viabilizar o projeto citado na primeira variável;
- c) Industrialização, como motor do crescimento econômico e desenvolvimento do país.

É válido ressaltar que ainda que para o autor seja algo subentendido a partir dessas outras 3 variáveis, há uma quarta que se faz também comum, a presença do modelo capitalista dentro dessas economias.

Assim, Fonseca conclui que o conceito de desenvolvimentismo como:

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

(FONSECA, 2015, p.40)

O conceito acima, conforme dito anteriormente, é uma tentativa da formação do núcleo duro do conceito de desenvolvimentismo. Uma tentativa de sintetizar o conceito a seus elementos mais básicos e comuns a todas as suas variantes. Por conta disso, é o escolhido para ser usado como base para as análises dos governos analisados, visando responder a hipótese levantada no início desse trabalho.

Com o intuito de comprovar este núcleo duro de forma empírica, Fonseca (2015) faz um conjunto de testes, buscando provar a presença desses 3 elementos principais (4 se ponderado também a presença do capitalismo) em governos e/ou períodos ditos como desenvolvimentistas dentro da América Latina.

Para isso, o autor desenvolveu um questionário (10 perguntas) que visa responder de forma objetiva (com respostas de cunho sim ou não) se houve ou não a presença dessas variáveis essenciais. Todavia, esse questionário não buscou evidenciar a presença apenas destes 4 fatores, mas também a presença dos demais aspectos comuns na literatura, mas não presentes no núcleo duro do conceito, como o uso de capital estrangeiro, uso de burocracia estatal, tentativa de reforma agrária etc.

Assim, com o intuito de sanar a dúvida quanto a presença ou não de desenvolvimentismo dentro dos governos do período militar brasileiro (1930 – 1964) esse trabalho usará parte do mesmo questionário para responder à hipótese inicialmente proposta. Busca-se apenas identificar as 4 primeiras variáveis que Fonseca (2015) dita ser as pertencentes ao núcleo duro e assim representarem a base de qualquer ideologia ou movimento desenvolvimentista.

Segue as 4 variáveis a serem analisadas:

1. Projeto Nacional: o governo explicitou a pretensão de um projeto de “superação do atraso” para a nação, ou assumiu-se como ator ou agente relevante para a construção de um futuro desejável para o país?
2. Intervenção estatal: o governo manifestou que o crescimento/ desenvolvimento econômico era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de pretender utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a implementar seu projeto, como para acelerar o crescimento econômico, mesmo que não tenha logrado êxito?
3. Industrialização: o governo manifestou que a industrialização era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a acelerar seu crescimento, mesmo que não tenha logrado êxito?
4. Socialismo: o governo manifestou sua opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado Socialismo: o governo manifestou sua opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado?

(FONSECA, 2015, p.35)

Para responder a estas perguntas serão avaliados os dados disponíveis dentro da bibliografia científica, avaliando não somente as variáveis *ex post*, como crescimento do PIB ou crescimento da capacidade produtiva, mas também fatos conjunturais do período que possam ter afetado a implementação de um projeto ou inviabilizado a performance de alguma medida. Fonseca formula suas perguntas justamente com este intuito, como cita:

*As perguntas foram formuladas sempre no sentido de verificar não só o realizado mas também a intenção, pois se pretende detectar projeto ou estratégia e estes nem sempre lograram êxito em sua execução. Assim, as variáveis ex post (como crescimento do produto interno bruto – PIB – ou da indústria) podem auxiliar na pesquisa, mas são inapropriadas para responder se houve ou não projeto identificado com desenvolvimentismo, podendo levar a um falso positivo (o crescimento ser resultante de uma variável exógena, como a conjuntura internacional, ou mera decorrência dos ciclos econômicos) ou a um falso negativo (o governo, embora identificado com desenvolvimentismo, não tenha conseguido implementar seu projeto devido à conjuntura econômica ou política).*

(FONSECA, 2015, p.33)

Definido o conceito de desenvolvimentismo e a metodologia que será utilizada no restante do trabalho, volta-se a história do desenvolvimentismo no Brasil. Bielschowsky (2021) dividiu o período de 1930 a 1964 em 3 grandes blocos, já mencionados anteriormente. O foco do restante deste capítulo será debruçar-se

exatamente sobre os 3 períodos, sendo os 2 primeiros abordados de forma menos detalhada e o terceiro estudado de forma mais detalhada, visto ser de maior importância para o seguimento do estudo.

O primeiro período analisado é denominado como a origem do desenvolvimentismo, e, conforme visto no início do capítulo, teve início em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder do governo brasileiro. De fato, é importante destacar, conforme Fonseca (2015) e o Bielschowsky (2021), que, primeiramente, a era Vargas não teve foco direto no desenvolvimento industrial brasileiro, mas a sua importância está muito mais ligada com a quebra de paradigmas e uma abertura para novas ideias. Desvinculando, assim, a política brasileira, de uma ideologia voltada para o setor agroexportador e focada nas oligarquias da época.

Mesmo que não tenha sido o foco inicial, e tão pouco total do governo brasileiro durante a época, esses anos vividos com Getúlio Vargas no poder foram essenciais para a consolidação de 4 elementos ideológicos fundamentais para a consolidação futura do desenvolvimentismo no Brasil, conforme cita Bielschowsky (2021). Esses 4 elementos comentados pelo autor são:

- a) Criação de uma consciência quanto a necessidade de um setor industrial integrado dentro do país, capaz de suprir o mercado interno;
- b) Criação de uma consciência da necessidade de um sistema de crédito centralizado para investimentos de grande porte na indústria nacional, especialmente no setor de siderurgia e no setor petrolífero;
- c) Junto a ideia de que o Estado zela pelos interesses coletivos do país e é promotor da unidade nacional, tem-se a proliferação da ideia de que o governo deve intervir na economia como forma de apoio a iniciativa privada e deve-se haver um planejamento para que isso seja feito;
- d) Criação de um sentimento de nacionalismo econômico, que antes era quase inexpressivo.

Aliado a esses 4 fatores ideológicos, há 2 fatos históricos que para Bielschowsky (2021) são a sustentação do nascimento do projeto desenvolvimentista no Brasil. Em primeiro lugar, um surto industrial, onde a taxa de crescimento do setor industrial no Brasil bate recordes durante a década de 30 e 40, crescendo a taxas expressivas e mais rápido que os outros setores. Em segundo, havia a formação da consciência industrialista já mencionada anteriormente, que acabou por criar órgãos

centralizadores e controladores, que serviram como ferramental para a elaboração das políticas futuras.

O fim desse período marcado como nascimento do desenvolvimentismo dentro do Brasil se dá justamente com o término do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas do poder. O período que se sucede a nível político é de certa instabilidade, uma vez que há um vácuo de poder deixado por Vargas, que de alguma forma foi intencional, e por um debate interno dentro da política entre ex-apoiadores, apoiadores e opositores do antigo regime ditatorial vivido no Brasil, conforme cita Bielschowsky (2021). O autor ainda acrescenta que a instabilidade vivida no país fez com que, por um longo período - até meados dos anos 1960 -, o debate dentro da esfera econômica fosse direcionado aos problemas do desenvolvimento das forças produtivas, excluindo automaticamente ou deixando em segundo plano as questões sociais, como distribuição de renda e de propriedade privada.

É de suma importância ressaltar tais pontos, pois são justamente esses aspectos sociais abordados por João Goulart que trouxeram ao seu governo uma forte oposição das elites nacionais, e ajudaram a culminar na sua destituição do poder e na instauração do regime militar em 1964.

Distanciando-se um pouco da esfera política e econômica, o período da metade da década de 1940 e início da década de 1950 foi importantíssimo para todos os economistas. Dentro desse período acontece a regulamentação da profissão no território brasileiro e cria-se um plano de ensino específico para essa, já que antes era dada em conjunto com administração ou contabilidade, como ressalta Bielschowsky (2021) ao falar sobre o tema.

Esse fato se entrelaça com os acontecimentos históricos que vinham acontecendo no Brasil, dado que o pós-guerra estava marcado por uma inflação alta que já era vista como principal problema pelo governo em 1944 e 1945, conforme Vianna (2020). A sociedade brasileira via a necessidade de planejamento econômico e melhor discussão das suas estratégias, a regulamentação da profissão e do curso de economia era uma necessidade da conjuntura brasileira.

Vianna (2020) ainda cita que os primeiros anos do governo Dutra foram marcados claramente por uma política mais ortodoxa, que quebrava o padrão que

vinha sido adotado durante os últimos anos do Estado Novo, e já gerava uma certa insatisfação com o setor industrial brasileiro.

O cenário que se dava na época era de um debate quanto aos rumos do Brasil, e qual seria a maneira ou ideologia que deveria ser seguida naquele momento. Bielschowsky (2021) descreve os anos finais da década de 40 como um período histórico muito específico e rico, onde o pensamento econômico despertou um debate público sobre todas as questões essenciais que se relacionam com o desenvolvimento econômico. Havia um debate entre a jovem ideologia desenvolvimentista e a ideologia liberal sobre esses aspectos, conforme cita o próprio autor. Foi nesse ritmo de resistência e embate que a ideologia desenvolvimentista ganha força e é formulada, dando, assim, início ao seu amadurecimento.

Todavia, o mais importante a ressaltar do período 1945 até 1955 é a divisão clara existente entre os governos Dutra e o segundo governo Vargas. No primeiro, tem-se uma clara orientação liberal para o planejamento econômico, já no segundo, uma volta do desenvolvimentismo aos holofotes. Vargas fazia questão de mostrar seu alinhamento com o desenvolvimentismo e as questões industriais sempre que possível, e isso fica mais claro com a passagem abaixo do trabalho de Fonseca e Monteiro:

O retorno de Vargas ao poder no início de 1951 representou afirmação de um projeto, claramente exposto na campanha eleitoral pelo então candidato, centrado na industrialização e na modernização agrícola, tendo como ênfase a produção para mercado interno e no qual se reservava ao Estado importante papel de articulador e estimulador. A opção desenvolvimentista do governo era afirmada em quase todas as oportunidades no discurso presidencial e, com menos intensidade, no de seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer; não raro, permeavam-no apelos nacionalistas e favoráveis à melhoria na distribuição de renda.

(FONSECA; MONTEIRO, 2005)

A retomada do desenvolvimentismo faz-se essencial para o entendimento do que se daria nos anos que adinham, após a morte de Vargas e o governo “expresso” de Café Filho. O mais importante a se observar nesse período é a possibilidade de um rearranjo de ideias e de uma organização do desenvolvimentismo, o qual agora viria a participar de forma mais efetiva dos rumos da nação.

Fechada a análise sobre o amadurecimento da ideologia desenvolvimentista, deve-se o aprofundar os estudos dentro do período mais importante para o seguimento da análise inicial desse trabalho, o período entre 1956 e 1964, que

antecede a ditadura militar brasileira, a qual é o foco dos próximos capítulos. Declarado a como terceira fase da ideologia desenvolvimentista no Brasil, esse período contém o auge e a crise do desenvolvimentismo, sendo o auge de 1956 a 1961 e a sua crise de 1961 a 1964.

O auge pode ser descrito como o período do governo de Juscelino Kubitschek, e o plano de metas seria a materialização do desenvolvimentismo até ali construído. O governo foi marcado pela forte expansão das ideias desenvolvimentistas dentro do governo, sendo esse um dos veículos mais fortes de propagação da ideologia durante o período. Bielschowsky define o pensamento econômico desse primeiro período de auge da seguinte forma:

Aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infraestrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas, era, em resumo, a questão que norteava o pensamento econômico do período.

(BIELSCHOWSKY, 2021, p. 567)

O Brasil vivia um período de estabilidade política e econômica, que possibilitava altas taxas de crescimento e aumento da produtividade do país, descrito pela corrente cepalina a época como a intensificação do processo de substituição de importações. Todavia, mesmo com as taxas de crescimento sendo classificadas como ótimas, a economia brasileira sofria uma alta elevação na inflação no período, passando de 24% no seu início para 47% no final. Além disso, a área cambial era outro setor que estava sofrendo um certo desgaste, já que o déficit na balança foi constante durante o período, que nem mesmo o forte fluxo de capital externo sendo investido no país era capaz de compensar. Esses já eram sinais do que viria no futuro.

Já o período denominado como crise do desenvolvimentismo, foi marcado por um alta instabilidade em todas as frentes (social, política e econômica). No âmbito econômico, o desenvolvimentismo sai dos holofotes da política econômica, dando espaço às discussões sobre inflação e práticas cambiais dominado por ideias mais ortodoxas, dado o período instável que as duas pautas viviam. Do lado social, discussões como reforma agrária e redistribuição de renda pautavam o cotidiano social brasileiro, fazendo pressão nas demais esferas, principalmente nas discussões dentro do ideário desenvolvimentista que se dividia a favor e contra esses pontos. Do

lado político, a década de 1960 já se iniciou de forma conturbada. Entre 1961 e 1964, o Brasil viveu um período turbulento dentro dessa esfera, três presidentes, cinco chefes de governo e seis ministros da Fazenda. As contantes mudanças na pasta econômica, influenciaram diretamente para a perda do controle do cenário inflacionário e de outras variáveis macroeconômicas, como é apontado por Mesquita (2020).

O governo mais relevante desse período com certeza foi o governo presidencialista de João Goulart. A renúncia de Jânio Quadros colocava João Goulart como sucessor direto da presidência, contudo havia uma resistência por parte dos militares e uma parte do governo para a posse do vice-presidente. Assim adotou-se um período parlamentarista no Brasil que perdurou apenas 14 meses. Após isso, a partir de um plebiscito, aprovou-se a volta do presidencialismo e com ele Jango (João Goulart) anunciou a política econômica do restante do seu mandato, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado. Conforme Mesquita (2020), o plano tinha o intuito de formular uma resposta ao quadro de deterioração externa que o país vivia, assim como ao processo inflacionário acelerado. Isso aproximava o governo da classe média brasileira e do empresariado brasileiro, aumentando o apoio da sociedade ao governo, que possibilitava a discussão da aprovação das reformas de base pelo congresso nacional. Todavia, havia dificuldades para sua implementação uma vez que existiam resistências por parte da base sindical e parlamentar de apoio ao governo. Mesquita ainda define o cenário da seguinte forma:

Esse jogo de soma zero político provocaria o abandono do Plano Trienal e contribuiria para o rápido enfraquecimento do governo nos meses finais de 1963 e em 1964.

(MESQUITA, 2020, p.188)

Mesmo que o plano de metas estivesse sendo concebido por um autor com raízes cepalinas, o plano precisou em um primeiro entregar políticas de estabilização. Conforme Mesquita (2020), alguns autores dentro da literatura apontam essas políticas como causa da recessão vivida em 1963. Por outro lado, o próprio autor traz uma segunda hipótese trazida na literatura, de que haveria um esgotamento do processo de substituição de importações. Esse processo é mais bem explicado por Fonseca:

Depois de vencer as primeiras etapas centradas nos bens de consumo popular e de tecnologia mais simples, via-se estrangulado principalmente pela estreiteza da demanda interna, decorrente, dentre outros fatores, da concentração de renda e da elevação dos coeficientes capital/produto e capital/trabalho que acompanhava os novos investimentos necessários para o aprofundamento do processo de industrialização

(FONSECA, 2004, p.589)

De qualquer forma, independentemente da sua origem ou causa, a recessão que se instaurou em 1963 era evidente, o crescimento do PIB caiu de 6,6% em 1962 para 0,6% em 1963, já o imposto inflacionário subiu de 2,4% do PIB em 1960 para 5,4% em 1963. Dado o cenário macroeconômico caótico aliado a outras pressões políticas, e um medo constante da ameaça comunista, faz com que se instaure o regime militar no Brasil no ano de 1964.

### **3. O REGIME MILITAR BRASILEIRO**

Feita a introdução ao desenvolvimentismo, e a definição metodológica deste trabalho, inicia-se agora a revisão histórica do período militar brasileiro. O objetivo deste capítulo é montar um apanhado dos acontecimentos históricos e das políticas econômicas vigentes no Brasil durante os anos 1964 e 1985, no qual Brasil viveu a ditadura militar.

Esse capítulo também servirá de base para análise que será feita no capítulo que o segue. Trazendo as informações necessárias para que se possa empregar de forma correta a metodologia proposta no capítulo anterior, e assim responder a hipótese inicial desse trabalho.

Apenas uma breve nota metodológica quanto a formulação deste capítulo. Esse será dividido em 4 partes, cada uma delas sendo específica a um período dentro dos 20 anos em que os militares estiveram a frente do Brasil. São estas:

- a) Os primeiros anos do governo – 1964 a 1967
- b) O milagre econômico – 1967 a 1973
- c) Governo Geisel e o II PND – 1973 a 1979
- d) Governo Figueiredo e o final do regime – 1979 a 1985

Essa divisão é uma tentativa de simplificar a análise dos períodos, agrupando períodos de pensamento ou ações similares. Além disso, busca um alinhamento com a divisão usada por autores que estudam o mesmo período.

#### **3.1. OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR DE 1964 A 1967**

Já é de conhecimento prévio que o período que antecede o golpe militar de 1964 não era favorável. A economia brasileira, que vinha de crescimento de 9,4% e 8,6% em 1960 e 1961, respectivamente, deparava-se com um crescimento pífio de 0,6% em 1963. Além disso, havia uma aceleração da inflação, a qual passaria ser o objeto de combate foco do governo nos anos seguintes.

Conforme Curado (2021), esses resultados pífios da economia, como crescimento baixo do PIB, aceleração do desemprego e da inflação e a crise das contas externas e internas, aliados à crise política vivida em 1963, faziam com que os

desafios do novo governo que se instaurava fossem nada fáceis. Todavia, justamente esse momento de incerteza e crise, foram o estopim para que os militares tomassem o poder do Brasil.

O dia 31 de março marca o início do governo militar brasileiro. Alguns dias depois, o Brasil voltava a ter um presidente militar, o marechal Castelo Branco. Para os fins desse trabalho, saber quem foi Castelo Branco, não é de veras importante. Entretanto, com a mudança no poder, há mudança em todos os ministérios. E neste caso, uma mudança em especial deve ser ressaltada, a entrada de Octávio Gouveia de Bulhões e de Roberto de Oliveira Campos, no Ministério da Fazenda e do planejamento, respectivamente.

A entrada de Bulhões no governo, já indica uma ruptura com o período anterior. Uma vez que Bulhões, ao lado de Eugênio Gudin, foi essencial para o desenvolvimento e propagação do pensamento neoliberal no Brasil, conforme resalta Curado (2021). A entrada de um pensador neoliberal no poder era um combate direto ao pensamento desenvolvimentista que estava dentro do planejamento nos governos anteriores (principalmente o de Goulart).

Isso se dá justamente pelas divergências entre neoliberais e desenvolvimentistas quanto ao papel da industrialização dentro do desenvolvimento econômico nacional. Curado deixa claro este ponto na passagem abaixo:

Diferentemente dos desenvolvimentistas, que enxergavam na indústria características essenciais para o desenvolvimento, o relevante, para Bulhões, era que o processo de alocação de recursos produtivos ampliasse a produtividade, independentemente do setor; fosse ele agricultura, a indústria ou o setor de serviços. A elevação da produtividade, decorrente de novos investimentos produtivos, era considerada a variável central para o desenvolvimento de uma nação.

(CURADO, 2021, p.400)

Isso também fica evidente na própria passagem do Plano de Ação Econômica do Governo, lançado pelo Ministério do Planejamento naquele ano:

Há dois modos bem distintos de encarar o processo de desenvolvimento econômico. O primeiro vê tudo em termos de intensificação do ritmo de formação física de capital, envolvendo assim um certo grau de ilusão mecanicista. O segundo encara o desenvolvimento como um processo através do qual os agentes econômicos, consumidores e empresas, adequadamente motivados, aprendem a mobilizar de forma eficiente os recursos materiais e humanos, para realizar o potencial máximo de crescimento do produto real da comunidade.

(BRASIL, 1965, p. 5)

Além disso, Curado (2021) ainda ressalta a preocupação com a inflação pelos neoliberais, que colocavam o controle dessa como tarefa prioritária do governo, com grande frequência. Enquanto para os desenvolvimentistas, ainda que fosse importante essa tarefa, não era mais importante que a transformação produtiva advinda do processo de industrialização. Alinhado a isso, Curado (2021) ressalta o objetivo da gestão econômica brasileira após o golpe, foca em conter a inflação e voltar a promover o crescimento econômico.

Centrado nesses objetivos, em novembro de 1964, o Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministério do Planejamento, lança o que seria o plano econômico para os próximos anos, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG foi um plano de estabilização implementado entre 1964 e 1968, colhendo resultados impressionantes como a redução da inflação de 100% no primeiro trimestre de 1964 para um patamar de cerca de 20% no final de 1969. Obtendo também uma recuperação do crescimento econômico após 1966, chegando ao patamar de 9,8% no ano de 1968, conforme Resende (2020) explica.

O PAEG foi desenvolvido pelos então ministros Campos e Bulhões, e tinha como principais objetivos conforme Resende (2020): (i) aceleração da taxa de desenvolvimento econômico, que havia sido interrompida durante os anos de 1962 e 1963; (ii) controlar o processo inflacionário durante os anos de 1964 e 1965, com o intuito de conseguir um equilíbrio adequado para o ano seguinte (1966); (iii) aliviar as diferenças econômicas regionais, setoriais e sociais por meio da elevação das condições de vida; (iv) garantir, por meio da política de investimentos, o pleno emprego; (v) estabilizar os déficits na balança de pagamentos, que por sua vez são uma ameaça ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Em outras palavras, Resende define o programa da seguinte forma:

Tratava-se, portanto, de um programa que acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. O combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva. A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como séria limitação ao crescimento.

(RESENDE, 2020, p.199)

Dessa forma, é nítido que o PAEG estava focado na estabilização macroeconômica do país antes de qualquer outra coisa, uma vez que o ano de 1963 havia sido um desastre. Alinhado a isso, Resende (2020) define o período como de

estabilização e reforma, visto que esses são os legados do PAEG para os governos que o sucederam.

É importante ressaltar o trabalho feito para o diagnóstico dos problemas, antes da definição desses objetivos. A equipe econômica a frente do Brasil, fez um trabalho de investigação a fundo, e assim logrou identificar os pontos de estrangulamento que precisavam de atenção. Curado descreve bem esse trabalho na seguinte passagem:

A apresentação dessas breves considerações sobre os objetivos principais do programa permite concluir que não se pode considerar o PAEG como um mero programa de controle da inflação. O plano apresentava um diagnóstico bastante completo de diversos aspectos da vida econômica brasileira a partir de um amplo conjunto de observações empíricas, e contava, em diversos temas com o embasamento teórico compatível com o desenvolvimento da teoria econômica. Campos, Bulhões, Simonsen e sua equipe a equipe técnica do ministério não elaboraram apenas um programa de combate à inflação, mas um amplo diagnóstico sobre os aspectos essenciais para o desenvolvimento econômico, do qual o controle da inflação era evidentemente parte integrante.

(CURADO, 2021, p.413)

Para lograr atingir esses objetivos, o Ministério do Planejamento e da fazenda lançaram instrumentos de ação, divididos em 3 grandes blocos de políticas, que serviriam como meios para um fim. Essas políticas seriam segundo o PAEG:

- a) Política financeira: composta por política de redução do déficit público, política tributária, política monetária, bancária e política de investimentos públicos;
- b) Política econômica internacional: composta por política cambial, política de consolidação da dívida externa e política de estímulo ao ingresso de investimento estrangeiro;
- c) Política de produtividade social: composta por política salarial, política agrária, política habitacional e política educacional;

Sem dúvidas, o foco da equipe econômica com o PAEG era o controle da inflação, conforme menciona Moura (2007). Para solucionar esse problema, a equipe de Bulhões e Campos buscou identificar as suas causas raízes. Conforme a publicação do Ministério do Planejamento, as causas encontradas pelos encarregados a época foram as seguintes:

O processo inflacionário brasileiro tem resultado da inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais:

- a) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos;

b) na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas.

Dentro desse quadro encontram-se as três causas tradicionais da inflação brasileira: os déficits públicos, a expansão de crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento de produtividade. Essas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento, gerando, destarte, o veículo monetário de propagação da inflação.

(BRASIL, 1965, p.28)

Assim, torna-se evidente a importância das políticas citadas acima. Pois por meio dessas seria possível atacar as 3 causas citadas anteriormente. Por conta disso, é importante a análise em especial de algumas dessas políticas. Começando pela política salarial que, conforme traz Curado (2021), teve sua formulação feita por Mário Henrique Simonsen, integrante do planejamento do PAEG junto aos dois ministros, Bulhões e Campos.

Em 1965, foi lançada pelo governo a nova fórmula para o reajuste salarial de cargos federais, e que poderia ser estendida a cargos estaduais e municipais. Apenas em 1966, foi estendida ao setor privado, conforme traz Resende (2020). A fórmula previa um reajuste do salário para uma média do salário real dos últimos 24 meses, tendo ainda uma incidência da taxa de produtividade e o acréscimo da metade da inflação programada para o próximo período, afirma Resende (2020).

A implementação de uma fórmula como essa só foi possível dado o contexto autoritário vivido no Brasil. Caso houvesse espaço para discussões e reivindicações, o governo teria sofrido uma pressão popular e sindical para não adoção, já que a medida não previa o ajuste dos salários para o seu maior valor real dos últimos 24 meses, e sim para a sua média, fazendo com os trabalhadores perdessem poder de compra a cada reajuste. Resende deixa isso evidente na passagem abaixo:

Com as atividades sindicais severamente reprimidas e as greves em atividades “essenciais” proibidas – e ao governo competia o julgamento da “essencialidade” –, o poder de barganha dos sindicatos tomou-se praticamente nulo. As negociações diretas entre trabalhadores e empregadores foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo governo.<sup>2</sup> Como a fórmula, em vez de recompor o pico de salário real alcançado à época do último reajuste, corrigia os salários na justa medida para recompor o salário real médio nos últimos 24 meses, o salário-mínimo real, após o reajuste de março de 1965, foi reduzido em 11,0% com relação ao seu valor em março de 1964, quando fora reajustado pela última vez.

(RESENDE, 2020, p.200)

Mesmo tendo impactos diretos dentro da economia brasileira, e possibilitando de fato uma diminuição dos impactos salariais dentro da inflação, a política salarial não foi a mais efetiva para o alcance do objetivo do PAEG, e ainda trouxe custos sociais que aumentariam ainda mais a desigualdade na sociedade brasileira. Segundo Resende (2020), dos 3 pilares básicos (controle do déficit público, política salarial e política de crédito as empresas), o que obteve mais sucesso foi o controle do déficit, por meio de políticas fiscais.

Conforme traz Curado (2021) os déficits orçamentários foram reduzidos de cerca de 3.2% do PIB em 1964, para cerca de 1,1% em 1966. Parte dessa redução passa diretamente pelo aumento de arrecadação do governo, advindo do aumento dos impostos diretos e indiretos, e da modernização da base de incidência tributária do Brasil. É interessante ressaltar a mudança ocorrida na forma de financiamento da dívida, que passa a ser financiada por emissão de títulos públicos, e não mais por meio de emissões de papel-moeda como em outros governos, como aponta Resende (2020).

Já as políticas creditícias e monetárias (terceiro pilar do combate à inflação) não repetiram os bons resultados do âmbito fiscal. A meta de expansão proposta pelo PAEG para 1965 era de 30%; entretanto, foi de 83,5% conforme trazem Resende (2020) e Curado (2021). Resende (2020) ainda acrescenta que as políticas durante 1965 foram “folgadas” quando a liquidez geral. Curado (2021) ainda cita que essa “folga” contrariava diretamente os objetivos de redução propostos pelos formuladores do PAEG que, por sua vez, diziam que isso seria essencial para o controle da inflação.

As discussões à cerca da inflação foram incessantes durante esse período, muito pela preocupação que essa gerava dentro do gabinete do planejamento e da fazenda. Por mais que fosse um programa ortodoxo, a preocupação com as taxas de crescimento do país gerara uma certa tolerância com a inflação que deveria ser combatida com uma estratégia gradualista, mais alinhada com a heterodoxia, conforme conclui Resende (2020).

Todavia, por mais que tivesse essa preocupação “heterodoxa”, os formuladores da política a época se distanciavam dos desenvolvimentistas uma vez que o PAEG não mostrava um interesse direto em desenvolver o setor industrial, ou alavancá-lo de alguma forma. O plano nacional estava em estabilizar a economia, e não tinha foco em um setor específico, conforme cita Curado (2021).

Entretanto, o aspecto industrial faz-se importante para este trabalho, uma vez que é uma das variáveis essenciais de qualquer programa desenvolvimentista. Nesse sentido, o período de 1964 a 1967 não foi o ideal para a indústria. A passagem abaixo de Resende ajuda a ilustrar a situação industrial:

Em 1965, a política fiscal restritiva, que aumentara os impostos em todos os níveis e reduzira a despesa do governo desde o segundo semestre de 1961, associada a novo aperto de crédito no último trimestre de 1964, fez com que a atividade industrial entrasse definitivamente em colapso. Após dois anos de safras ruins, a agricultura teve um ano excepcional e cresceu 12,1% em 1965. Com a recessão industrial, o impacto da safra agrícola fez-se sentir ainda no primeiro trimestre de 1965, quando os preços agrícolas cresceram à taxa anual de 50%, enquanto os preços industriais cresciam ainda à taxa anual de 86%.

(RESENDE, 2020, p.203-204)

O autor ainda acrescenta que a parada no crescimento industrial criou um hiato entre o produto potencial e produto real observado, havendo assim uma capacidade ociosa que poderia ajudar a explicar o milagre vivido no período posterior, de 1968 a 1973.

Assim, cabe finalizar essa primeira parte do terceiro capítulo ressaltando a importância do PAEG, para a estabilização da inflação e organização e modernização de fatores que seriam essenciais para o crescimento que será analisado a seguir. O PAEG logrou fazer algumas reformas institucionais necessárias dentro do cenário brasileiro, criando instituições importantes para a modernização do sistema financeiro nacional e ajuste da economia. Durante o período foram criados o banco central do Brasil, que passou a exercer a função que antes era do Banco do Brasil, como explica Resende (2020). Ainda, foi responsável por uma modernização da tributação brasileira, e o aumento de arrecadação do governo, como cita Curado (2021). E por último, fez a clara sinalização pela ortodoxia, a qual ajudou o Brasil a ter maior credibilidade com investidores e instituições financeiras, essenciais para o desenvolvimento da economia, como cita Resende (2020).

Dito isso, conclui-se então que o PAEG não era um plano de desenvolvimento em sua concepção, buscando mais diretamente uma estabilização e reforma, parafraseando Resende (2020). Todavia, sem o PAEG não haveria o ambiente institucional e econômico necessário para o milagre econômico vivido na década de 1970.

### 3.2. O MILAGRE ECONÔMICO – 1967 A 1973

O período que será analisado agora, é tido como o motivo pelo qual atribui-se a hipótese de existência de desenvolvimentismo dentro do regime militar. O chamado período do Milagre Econômico brasileiro, que se inicia em 1968 e acaba em 1973, acaba com essa nomenclatura, a partir da terminologia usada anteriormente para descrever o Japão e a alguns países europeus, em períodos em que houve um rápido crescimento de suas economias, conforme menciona Lago (2020).

Assim como em 1964, a mudança de presidente acarretou a mudança nos ministérios. O presidente Costa e Silva chega ao poder em 1967, e nomeia para frente da formação de política econômica e da estratégia de desenvolvimento do país, Antônio Delfim Netto, como ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, no Ministério do Planejamento. É válido ressaltar que Beltrão esteve presente apenas durante o governo Costa e Silva, depois foi substituído por João Paulo dos Reis Velloso quando presidente Médici assume o poder.

Assim como feito anteriormente com a entrada Bulhões no governo, é importante explicar o que acarretava a chegada de Delfim Netto no poder. Delfim, teve uma ascensão meteórica do campo acadêmico para o governo, tornando-se ministro da fazenda com apenas 39 anos, e sendo um dos homens mais influentes do governo militar, conforme citam Hespanhol e Saes (2021). Os autores ainda ressaltam a importância de Delfim para o ensino da economia no Brasil, sendo responsável por introduzir métodos quantitativos estatísticos dentro da academia, também criando curso de pós-graduação da USP.

De fato, o ex-ministro é uma figura ímpar para o estudo da economia no Brasil, além de ser essencial para o que viria a acontecer durante os anos do milagre. Hespanhol e Saes (2021) comentam da diferenciação de ferramental analítico trazido por Delfim ao governo, que passava a analisar os pontos de estrangulamento e novas medidas a partir de uma ótica mais estatística e econométrica, que não havia antes sido usado dentro do governo. A sua capacidade de entender o contexto em que estava inserido foi crucial para o sucesso do seu mandato. Isso fica claro na passagem abaixo de Hespanhol e Saes:

Se de um lado o governo se beneficiava dos ajustes econômicos resultantes do PAEG do governo antecessor, por outro, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento, de meados de 1968, o ministro imprimia novas diretrizes à sua gestão, com política monetária expansionista, incentivando o consumo privado, investimentos públicos e uma política de crescimento das exportações.

Essa inflexão na condução da política econômica em comparação com a de seu antecessor, Octávio Gouveia de Bulhões, seguia tanto sua leitura sobre as condições para a superação do subdesenvolvimento, mas também sobre sua avaliação da conjuntura econômica nacional.

(HESPANHOL; SAES, 2021, p.445)

Durante o período no qual esteve a frente do poder da economia brasileira, Delfim Netto introduziu dois planos de desenvolvimento no país. O primeiro deles sendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), ainda no governo Costa e Silva, e o segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), já no governo Médici. A partir de agora, o foco dessa seção será análise desses dois planos, e suas consequências, seguindo a mesma linha de análise usada para o PAEG na última seção.

Em julho de 1967, a equipe econômica do governo lança o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que passaria a vigorar a partir 1968. O programa possuía 2 objetivos principais, primeiramente a aceleração do desenvolvimento, segundo a contenção da inflação, conforme consta em BRASIL (1967). Por mais que esses objetivos soem parecidos com os trazidos pelo governo anterior no PAEG, é importante ressaltar dois fatos:

- a) As ordens dos fatores: No PAEG a contenção da inflação era o foco do governo, e isso ficava claro já que esse era o primeiro objetivo sinalizado. Já no PED, ao inverter as ordens desses tópicos, o governo estava sinalizando uma mudança de foco;
- b) A mudança na terminologia: Dentro do PAEG a terminologia dada era de aceleração do crescimento econômico, e não de aceleração do desenvolvimento. Uma mudança sutil, mas que em termos econômicos deixa claro uma diferenciação dos meios que seriam usados para o alcance desse crescimento e da forma em que o governo passava a montar sua estratégia.

Antes da análise das ações tomadas pelo governo federal para conseguir alcançar seu principal objetivo, de aceleração do desenvolvimento, é interessante analisar o quadro inflacionário. Durante o PAEG, o diagnóstico para a inflação estava

ligado ao crescimento excessivo da demanda agregada, havendo assim um cenário de inflação de demanda no Brasil. Segundo Macarini (2006), a forte ortodoxia regida por Bulhões durante o governo de Castello Branco impediu que os *policymakers* observassem a mudança da origem inflacionária, fazendo com que suas políticas perdessem efeito com o tempo e dessem continuidade ao processo inflacionário.

O cenário em que foi formulado o PED era de custos crescentes, onde havia um controle forte da demanda agregada advindo do período anterior, focado na restrição de crédito e moeda, que levou naturalmente à queda dos níveis de produção e de emprego, conforme traz Macarini (2006). Diante desse cenário, a nova gestão econômica passou a enfatizar componente de custos em vez da demanda para o controle da inflação, e esse combate deveria ser conciliado com políticas de incentivo à retomada do crescimento econômico que passam a ser o verdadeiro foco da gestão, conforme traz Macarini (2006). A alteração na maneira de combate à inflação mostra uma clara mudança de diretrizes em relação governo anterior, porém mantendo os objetivos que os antecessores tinham, conforme Lago (2020).

Evidenciando essa mudança de perspectivas, volta-se a atenção para o desenvolvimento econômico. Para lograr êxito no seu primeiro objetivo, o governo determinou uma estratégia que buscava o crescimento econômico por meio da aceleração dos investimentos em diversos setores, que diminuiria a presença do setor público na economia e estimularia o crescimento do setor privado. Junto a isso, havia incentivos ao comércio exterior e um foco na geração de novos empregos, conforme traz Lago (2020). Lago ainda acrescenta que o crescimento econômico também tinha um papel político importante nesse contexto, uma vez que o governo militar precisava de qualquer forma legitimar seu golpe a partir de resultados.

Conforme Resende (2020) havia mencionado, o PAEG gerou uma capacidade ociosa dentro da indústria brasileira. Essa ociosidade foi observada pela equipe econômica de Delfim, que prontamente viu a oportunidade de uma reação do setor a partir dos estímulos adequados, conforme explicita Lago (2020)

Macarini (2006) alega que política fiscal ministrada a partir de 1967 por Delfim Netto evidenciava o seu objetivo de reativar a economia. O autor ainda relata algumas medidas tomadas pelo governo nesse contexto, como a elevação do teto de isenção do imposto de renda de pessoas físicas, gerando um ganho de 5% nos salários reais

das faixas favorecidas e o alongamento do prazo de recolhimento do IPI, deixando as empresas pagarem numa faixa de 30 a 45 dias, e não mais no faturamento.

Quanto a política Monetária, a mudança com o regime anterior é mais drástica. Uma vez que durante o PAEG havia um controle da expansão de moeda e crédito, durante o PED houve uma expansão vigorosa da oferta real de moeda e do crédito, chegando a beirar 30% o aumento de crédito dado ao setor privado, conforme traz Macarini (2006).

Uma pausa na análise econômica é necessária, uma vez que se precisa contextualizar os acontecimentos do final do ano de 1968 e o início de 1970. No final do ano de 1968 é baixado o Ato Institucional 5 (AI-5), que oficializava o autoritarismo do regime e conseqüentemente estendia esse poder a política econômica, uma vez que protestos contrários passariam a sofrer represália. Macarini (2006) ressalta que o ano de 1969 foi conturbado a nível político, também gerando um certo alarde a nível econômico.

Aliado a isso, Macarini (2006) acrescenta que Delfim Netto muda o direcionamento das suas políticas econômicas durante esse ano, passando a ter uma posição mais ortodoxa para o combate à inflação<sup>1</sup>, como se tinha no PAEG. Todavia, com a saída de Costa e Silva e ascensão de Médici ao poder, esse panorama muda novamente e o direcionamento econômico volta a estar mais alinhado com a heterodoxia. Dado que este período de ortodoxia não durou um ano, não será analisado profundamente neste trabalho.

Dito isso, analisa-se a partir de agora o segundo plano de desenvolvimento do período, o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). No final de 1969, o general Emílio Médici assume o poder da república. Ao contrário do ocorrido com as últimas mudanças de poder, dessa vez a troca ministerial foi mais sutil, apenas havendo trocas no Ministério do Planejamento, com a entrada de João Paulo dos Reis Veloso.

Seguindo a linha do PED, o I PND tinha foco total na aceleração desenvolvimento nacional; entretanto, os anseios de crescimento eram bem maiores

---

<sup>1</sup> De acordo com Macarini (2006), a mudança de comportamento durante 1969 era decorrente de um entendimento de que o diagnóstico feito anteriormente quanto a origem da inflação estava errado. Com isso, Delfim passa a perseguir a inflação, considerando-a principal inimiga da economia brasileira. Com a entrada do AI-5 no final de 1969, as políticas contracionistas impostas pelo então ministro da fazenda ganhavam força mesmo contra o gosto popular.

dessa vez. Macarini (2005) alega que desde os primeiros dias de poder, Médici já almejava crescimentos extraordinários e um papel diferente para o Brasil dentro da ordem econômica mundial. Estes anseios, juntamente com a capacidade técnica de Delfim Netto, foram os moldes para o programa que se desenhava para os próximos anos de governo.

O I PND é a melhor representação de um plano de desenvolvimento. A partir de uma análise conjuntural feita por Delfim Netto, o então ministro traça o que seria o plano ideal para o crescimento do Brasil. A aceleração do desenvolvimento nacional seria assegurada pelo modelo agrícola-exportador que Delfim vinha estudando desde os tempos de academia, conforme afirma Macarini (2005). Ainda segundo o autor, o plano do governo era gerar a partir do incremento da produção agrícola e das exportações, um crescimento do mercado interno e por consequência dos demais setores da economia.

A centralização da agricultura pode insinuar uma ruptura com o processo pró-indústria e até mesmo um retrocesso na política econômica brasileira. Todavia, a ideia do governo era que aceleração agrícola geraria as condições necessárias para que a indústria pode-se crescer também. Macarini explicita esse processo na passagem abaixo, ao ponderar sobre os anseios do governo:

A retórica do modelo agrícola-ex- portador pode levar um observador desa- tento à conclusão de que a nova estratégia configurava um retrocesso, um retorno à época pré-industrial. Nada mais distante da realidade, porém. Sem dúvida repre- sentou um afastamento (no mínimo uma desconfiança pronunciada) de quaisquer teses pró-industrialização conforme culti- vadas no Planejamento; ao mesmo tempo, a política econômica seria acionada para promover o crescimento da diversificada indústria já existente no País. A expansão da agricultura e das exportações tinha justamente o papel de criar as condições para uma forte expan- são industrial (a meta estabelecida inicialmente foi de 10,5% a. a.).

(MACARINI, 2005, P.65)

O anseio por crescimento era tanto que durante os primeiros dois anos de governo, a inflação deixa de estar na pauta direta de combate do governo e passa a não ser considera limitante ao desenvolvimento econômico. Todavia, em 1972 e 1973 a discussão em torno do cenário inflacionário voltariam a ser alvo de debate pela equipe econômica, conforme cita Macarini (2005).

Sendo assim, o governo não mediu esforços para assegurar o seu objetivo maior, assegurando políticas fiscais e moentárias favoráveis ao crescimento da economia e desenvolvimento da indústria. Macarini (2005) pondera quanto a política

monetária, afirmando seu caráter expansionista, que reduziu a porcentagem de depósitos compulsórios, reduziu as taxas cobradas pelos bancos de investimentos e comerciais. Reafirmando assim uma política creditícia expansiva.

Já na política fiscal, a prática adotada durante o PED de extensão dos prazos de recolhimento dos impostos é continuada gerando um aumento do capital de giro das empresas. Essa medida não tem seu impacto facilmente medido, porém não deve ser subestimada, de acordo com Macarini (2005). Além disso, em 1970 é criado o PIS/PASEP, que refletia uma preocupação real com a distribuição de renda no país. Todavia, Macarini (2005) relata que juntamente a criação do fundo, houve uma redução na alíquota do IPI e ICM, que financiava diretamente então a criação desse.

Mesmo havendo um foco especial em aceleração do agronegócio, com incentivos específicos para o setor como isenção de IPI e ICM para os insumos diretos da produção, ou a redução de IPI e ICM para a fabricação de tratores, que visavam a modernização da agricultura e sua mecanização, conforme cita Macarini (2005). Houve uma preocupação especial com a indústria durante o I PND, uma vez que o programa visava o crescimento multisetorial do país.

Essa preocupação gerou incentivos específicos para a indústria. Macarini (2005) ressalta o Plano Siderúrgico Nacional, que tinha como meta quadruplicar a produção de aço nacional em 10 anos. Ainda cita medidas como a isenção do imposto de importação, do IPI e do ICM, para importação de bens de capital que não tivessem similares nacionais, e o crédito do IPI para a compra de equipamento nacionais.

A partir dessas medidas, o país reagiu de forma muito positiva, que se comprava pelos resultados da economia durante esse período. Conforme Lago (2020), o PIB cresceu em média 11,2% ao ano, com seu pico justamente no ano de 1973 com impressionantes 14%. Aliado a isso, o crescimento industrial brasileiro é notável, a indústria de transformação no período de 1968 a 1973 cresceu a uma média de 13,3% (1,1% a mais que a economia como um todo), tendo seu crescimento máximo também no ano de 1973 com impressionantes 16,6%, conforme os dados trazidos por Lago (2020). Aliado a isso Macarini (2005) menciona que o país conseguiria a plena utilização da capacidade produtiva em quase toda a indústria nos anos de 1972 e 1973, que vinha subutilizada desde o início dos anos 60.

Essas taxas de crescimento exorbitantes, aliados com a satisfação nacional com os crescimentos constantes, fizeram com que a estada de Delfim Netto no Ministério da Fazenda ficasse marcada para a história. De fato, o período do milagre foi excepcional para o Brasil, mesmo que também tenha sido marcado por uma diminuição dos direitos civis com o AI-5 e outras conturbações políticas. É necessário ressaltar o papel fundamental do Estado para esse período, já que esse foi o responsável pelas políticas de expansão da demanda interna, que tiveram como consequência a expansão de diversos setores, em especial a indústria brasileira, conforme Lago (2020).

Baseado nesse momento “mágico” vivido durante os anos de 1968 a 1973, que durante o governo Geisel o Brasil decide fazer uma marcha forçada ao crescimento, muito ligada a necessidade de legitimação do regime autoritário instaurado no país e uma negação geral (governo e empresariado) do fim do ciclo de crescimento da economia.

### 3.3. GOVERNO GEISEL E II PND – 1973 A 1979

O fim do período do Milagre Econômico Brasileiro se relaciona diretamente com um dos eventos históricos mais marcantes para a conjuntura econômica mundial, o primeiro choque do petróleo. No final do ano de 1973, o preço do barril de petróleo quadruplicou, movimento que mostrou ao mundo pela primeira vez a capacidade de impacto econômico e político da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), conforme cita Netto (2020). O choque do petróleo abalou a economia mundial, impactando todos os países importadores de petróleo (negativamente) e os exportadores (positivamente). Netto (2020) estima que o impacto total foi uma transferência de cerca de 2% da renda mundial, de países importadores para países exportadores.

O impacto que isso geraria a economia brasileira era sem precedentes, uma vez que essa estava mais dependente do setor externo como nunca em sua história. Conforme destaca Cabello no trecho abaixo:

O vigoroso crescimento econômico que justificou a designação alegórica implicou em um expressivo aumento da dependência externa do país. A ampliação da capacidade produtiva – com destaque para o setor de bens de consumo duráveis – resultou em demanda por petróleo e bens de capital que já não poderia mais ser atendida pelo parque industrial brasileiro, subordinando, pois o crescimento da economia à sua capacidade de exportação.

(CABELLO, 2021, p.473)

Frente a este problema, o Brasil tinha duas opções durante o ano de 1974, o ajustamento ou o financiamento, conforme traz Castro (1985). Ainda segundo o autor, a segunda opção seria uma sinalização de uma aversão as dificuldades e sacrifícios necessários para que a economia se adaptasse a este novo cenário mundial. Já o ajustamento sinalizaria justamente o contrário, a autoridade econômica decide enfrentar o ônus da adaptação ao novo quadro mundial.

A passagem abaixo de Cabello ajuda a esclarecer como se daria esse processo em caso de escolha entre os métodos:

A dicotomia parcialmente imposta pelo primeiro choque do petróleo pode ser resumida pelas seguintes opções necessariamente excludentes: ajustamento ou financiamento. A primeira atrelaria o crescimento do PIB às condições do mercado internacional, o que permitiria à economia um crescimento somente quando liderado pelas exportações. Já o financiamento buscaria a possível desvinculação do cenário externo ao se investir na ampliação da capacidade de produção doméstica de energia e de bens de capital.

(CABELLO, 2021, P.474)

Cabello (2021) e Castro (1985) concluem, assim, que o processo de ajustamento seria demarcado por uma desaceleração da economia ou, em outras palavras, um período de recessão. Enquanto o modelo de financiamento era uma aposta de que o período de crise mundial era passageiro, e por isso se apostaria no desenvolvimento de oferta interna de insumos industriais e no aumento das exportações, caracterizando um movimento anticíclico e de aceleração da economia frente a crise. Sintetizando o pensamento, o ajustamento culminaria no fim do milagre econômico, enquanto o financiamento uma propagação forçada.

É válido ressaltar, conforme traz Castro (1985), que durante 1974 e 1975, alguns países já haviam tomado partido pelo reajustamento das suas economias, por meio de políticas de desaquecimento da economia, acompanhadas do reajuste de preços dos produtos derivados do petróleo. O autor destaca alguns países que adotaram essas medidas, dentre eles: Alemanha, Holanda e Estado Unidos da

América, países desenvolvidos; entretanto, também houve países subdesenvolvidos que optaram pelo reajustamento, como México.

Todavia, o Governo Geisel, recém empossado, não iria se “conformar” com o fim do Milagre, já que esse por sua vez era um dos legitimadores da permanência do regime militar, também ajudando para que a transição entre governos fosse mais suave. Além desses fatores legitimadores, havia uma forte pressão do empresariado brasileiro para a continuidade do crescimento, que não se contentava com uma possível recessão, conforme cita Cabello (2021).

Fonseca e Monteiro deixam evidente a importância da continuidade do crescimento para a legitimação do governo:

O plano, neste aspecto, prestava dupla colaboração: alentava a possibilidade de manter o crescimento e, ao mesmo tempo, contribuía para propiciar um clima favorável às mudanças políticas pretendidas, consubstanciadas no projeto de distensão política. Este acenava para a legalização do regime autoritário através de mecanismos de dominação racional, com a adoção de regras formais do estado de direito, proposta que vinha desde 1964 e ora ganhava impulso com o fim do “milagre” e a ascensão do novo governo.

(FONSECA; MONTEIRO, 2008, p.45)

Sendo assim, foi a partir da liderança de Mário Henrique Simonsen, a frente do Ministério da Fazenda, e de Reis Velloso, no Ministério do Planejamento, que o Brasil lançaria seu mais audacioso plano de desenvolvimento, desde o plano de metas do governo Kubitschek. Simonsen foi empossado com o árduo fardo de substituir Delfim Netto a frente da economia do Brasil, e assim como anteriormente, é importante ressaltar o que representaria a entrada do novo ministro ao governo.

Segundo Cabello (2021), Simonsen tinha uma reputação de liberal, por conta da sua baixa tolerância pela inflação, e por ser um defensor do ajuste fiscal. Entretanto, segundo a autora, o ex-ministro da fazenda não acreditava em um equilíbrio automático, acreditava que o mercado era um jogo não cooperativo, que não se encaminhava a um equilíbrio de Nash. Dessa forma, era visto com um ortodoxo, que aceitava algumas visões heterodoxas.

Além disso, o ministro já havia participado anteriormente da equipe econômica do PAEG, sendo responsável pela fórmula de ajuste salarial do programa, conforme cita Curado (2021). Sendo assim, Simonsen já era experimentado dentro do governo,

e chegava ao poder com um imenso desafio, que resultou no II Plano de Desenvolvimento Nacional (PND).

O II PND visava cobrir o espaço existente entre o limite subdesenvolvimento e o desenvolvimento, conforme cita o próprio plano. O II PND foi um audacioso plano de investimentos públicos e privados em setores que se identificava como os pontos de estrangulamento da nação, conforme cita Cabello (2021).

Dentre esses setores incentivados, Cabello (2021) destaca a exportação, a produção de bens de capital (maquinário e equipamentos) e de insumos básicos, a infraestrutura e a capacidade energética do país. Segundo Hermann (2011) o II PND tinha o intuito de acabar com o processo de substituição de importações, iniciado na década de 1930. E para isso, tinha bem definido os focos que se tomariam para cada setor. Segundo Hermann (2011), seriam esses:

- a) Infraestrutura: Ampliar a malha ferroviária, a rede de telecomunicações e a infraestrutura para toda cadeia produtiva da agricultura;
- b) Bens de produção e insumos: Desenvolvimento do setor siderúrgico, químico pesados, metais não ferrosos e minerais não metálicos;
- c) Capacidade energética: Pesquisa, produção e exploração de petróleo e derivados, ampliação da capacidade hidrelétrica e pesquisa e desenvolvimento de fontes energéticas alternativas ao petróleo, com foco especial ao álcool.

O conjunto dos investimentos nessas 3 frentes aceleraria o processo de substituição de importações, ampliando a capacidade exportadora do Brasil.

Esse conjunto de incentivos e investimentos proposto pelo governo a época, ultrapassava o montante disponível dentro da iniciativa privada brasileira. Dessa forma, foi necessário recorrer ao investimento público e externo, conforme cita Hermann (2011). O mercado de crédito internacional estava aquecido, dado a abundância de liquidez gerada pelos “petrodólares”, que seriam a principal fonte de investimento para o Brasil, conforme Cabello (2021). Já a parcela pública foi feita via BNDE que, a partir de crédito subsidiado, fazia os investimentos para o setor privado, conforme traz Hermann (2011).

Antes de analisar diretamente as consequências desses investimentos do Brasil, é importante discutir a política inflacionária do período. Já foi dito que o objetivo

principal do governo não se concentrava no combate à inflação, ao contrário, o governo estava totalmente focado no desenvolvimento econômico e o crescimento da economia por consequência desse. Todavia, a questão inflacionária não deixou de ser um tema sobre constante controle do governo, conforme menciona Hermann (2011).

O governo tinha consciência de que a manutenção dos crescimentos vividos durante o período anterior poderia ocasionar no descontrole inflacionário, que fica evidente já em 1976 com a aceleração da inflação para 46%, frente aos 16% do final do milagre, conforme traz Hermann (2011). Logo em 1976, o governo decidiu por implementar uma política monetária restritiva, que não teve impactos nas taxas de crescimento do crédito, que foi positiva até o final do período Geisel.

Se de um lado os investimentos faziam uma pressão inflacionária, por outro traziam resultados importantes dentro do seu propósito principal: O desenvolvimento econômico. Conforme Hermann (2011), a média de crescimento do PIB durante o período foi de 6.7%, abaixo do previsto dentro do plano inicial do ministério (10%), porém ainda elevada. Além disso, esses investimentos também resultariam em alguns benefícios para a economia brasileira a partir da década de 1980. Hermann (2011) destaca entre esses a aceleração do PSI<sup>2</sup>, que fica claro a partir da diminuição da importação de bens de capital, a redução da dependência energética externa (principalmente a dependência do petróleo estrangeiro) e o aumento da capacidade de exportação do Brasil.

Alinhado a isso, o período foi marcado por grandes obras de infraestrutura no país, que serviram como forma de incentivo à demanda interna. Obras como a usina hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis e o programa Proálcool são exemplos das medidas tomadas pelo governo afim de tentar acelerar a economia e concluir o processo de substituição de importações (PSI). Castro (1985) classifica o período que se inicia em 1974 em resposta a crise como um longo período de crescimento em “marcha forçada”, uma vez que a economia mundial vinha em plena desaceleração e o Brasil crescia a um ritmo em certa medida acelerado.

---

<sup>2</sup> Conforme Castro (1985), o final do processo de substituição de importações acelerado pelo II PND teria final em 1983-1984. Nesses anos pode-se observar uma queda nas importações de cerca de 60% nos bens que tiveram investimento do governo durante a segunda metade da década de 1970. Cabe concluir com isso, que o II PND logrou êxito quanto a esse objetivo.

Além disso, é importante ressaltar a participação das estatais dentro desse período, as quais tiveram seus investimentos fortemente ampliados desde o início do PAEG. Conforme traz Hermann (2011), o investimento em estatais aumentou a participação do governo na formação bruta de capital fixo (FBCF) para 40% entre 1974-78, frente aos 33% do período do milagre.

Todavia, todos esses investimentos não trouxeram apenas benefícios à economia brasileira. Possivelmente o maior ônus gerado durante esse processo tenha sido os desequilíbrios da balança de pagamentos e o aumento da dívida externa brasileira. Conforme traz Hermann (2011) os impactos nas transações correntes já existiam desde o período do milagre econômico por conta da importação de bens de capital e insumos; entretanto, esses passariam por uma aceleração dados os novos investimentos pesados na economia. Os resultados desse movimento ficam denotados na deterioração da composição da balança de pagamentos. Hermann explicita melhor o problema na passagem abaixo:

A evolução das contas do BP entre 1974 e 1984 parece confirmar as expectativas do governo. Nos anos 1974-78, percebe-se nítida deterioração na composição do BP. Em termos de médias anuais, nesse período: (1) o déficit em conta-corrente eleva-se para US\$6,5 bilhões, ante US\$1,2 bilhão no período de 1968-73; (2) parte dessa deterioração deve-se à balança comercial, que sai de uma situação, em média, equilibrada entre 1968-73 para um déficit anual médio de US\$2,3 bilhões entre 1974-78; (3) o déficit da conta de serviços e rendas eleva-se para US\$4,3 bilhões, ante uma média anual de US\$1,2 bilhão entre 1968-73, sendo esse aumento liderado pelas remessas de lucros e despesas com juros sobre a dívida externa (parte dela, vale lembrar, contraída antes do II PND); (4) o superávit da conta de capital eleva-se sensivelmente, da média de US\$2,2 bilhões entre 1968-73 para US\$7,9 bilhões entre 1974-78, permitindo a geração de superávits no BP a partir de 1976, apesar do déficit crescente na conta corrente; e (5) entre os mesmos períodos, deteriora-se a posição financeira do país, tendência expressa no aumento da relação “dívida externa/exportações”, de 1,8 para 2,5.

(HERMANN,2011, p.87)

Conclui-se assim que a intervenção governamental na economia, a fim de aumentar o crescimento do país por meio da indústria foi bem-sucedida durante o período do II PND. O Brasil logrou crescer em uma média de 6.7%, a qual é consideravelmente alta. E, aliado a isso, conseguiu acelerar o PSI entregando benefícios significativos para economia nos anos futuros. Todavia, conforme ressalta Hermann (2011), os custos macroeconômicos desse movimento não são desprezíveis. As dificuldades enfrentadas pelo país na década de 1980 têm relação direta ao modelo de crescimento pelo endividamento adotado pelo governo durante o

II PND. Por fim, deve-se ressaltar que a conjuntura econômica e política na qual se faz a passagem do governo Geisel para o Figueiredo não era a mais favorável, o que ajuda a explicar as medidas tomadas pelo governo que se instalava a partir de 1979.

### 3.4. GOVERNO FIGUEIREDO E O FINAL DO REGIME – 1979 A 1985

O crescimento em marcha forçada que perdurou todo o governo Geisel (1973 a 1979) trouxe consequência ao país na década seguinte. Em 1979, o presidente Figueiredo assume o poder, juntamente ao segundo choque do Petróleo, que abala as estruturas brasileiras novamente. Todavia, conforme traz Hermann (2011), em um primeiro momento o PIB brasileiro não sofre um choque direto. A literatura usualmente divide o período em 3. Sendo esses:

- a) 1979-1980: Crescimentos elevados;
- b) 1981-1983: A recessão;
- c) 1984: Recuperação pelas exportações.

Assim como nos demais governos, a entrada de um novo presidente é acompanhada de mudanças governamentais. Todavia, dessa vez essa é acompanhada também de uma mudança estrutural de poder. Conforme cita Hermann (2011), quando em março de 1979 o general Figueiredo assume o poder, esse convida o então ministro da fazenda de Geisel, Simonsen, para ser o novo responsável pelo Ministério do Planejamento. A mudança que acontece a partir desse convite é que, daquele momento em diante, o comando central da política econômica é transferido da Fazenda para o Planejamento. Em síntese, por mais que destituído do seu cargo de ministro do governo Geisel, Simonsen continuaria sendo a cabeça da política econômica brasileira.

O segundo choque do petróleo foi inesperado e abalou as estruturas da economia global, gerando uma série de ações restritivas pelos países desenvolvidos. Dentre essas, o aumento das taxas de juros, fazendo com o que o ambiente externo que antes era favorável no início do II PND, mudasse radicalmente, conforme cita Hermann (2011). Diante desse cenário, Simonsen via como única saída o ajuste recessivo, conforme traz Hermann (2011). Esse ajuste recessivo foi o evitado no passado, durante o primeiro choque do petróleo, e que gerou o II PND. Assim como a época, a opção pela recessão não era vista com bons olhos pelo empresariado

brasileiro, e por algumas partes do governo. Dessa forma, a passagem de Simonsen pelo Ministério do Planejamento de Figueiredo foi sucinta, já que em agosto de 1979, Delfim Netto assumiria a pasta.

Nesse momento é importante ressaltar os impactos que gerariam essa mudança. Simonsen era intelectual alinhado em certa medida com a ortodoxia, sendo assim um combatente forte da inflação, pela qual teria tolerância zero. Já Delfim Netto, era um estudioso do crescimento econômico, e já tinha demonstrado um alinhamento com a heterodoxia na sua última passagem pelo governo. Assim, a mudança entre os ministros era uma clara sinalização para o empresariado brasileiro de que as medidas para o crescimento econômico continuariam a ser a prioridade governamental.

Antes de propriamente analisar as medidas tomadas pela equipe econômica a época, faz-se importante ressaltar quem foram os ministros da fazenda que fizeram par com Delfim durante o período, e porque isso garantiu de certa forma um poder quase que ilimitado ao ministro do planejamento. Conforme citam Cruz e Silva e Assaf (2021), o poder máximo ao Ministério do Planejamento já havia sido outorgado a Simonsen, e, com sua saída, Delfim apenas se aproveita dessa vantagem. Ainda segundo os autores, Delfim acaba sendo como um primeiro-ministro do governo Figueiredo, tinha poderes que antes não tinham sido concedidos a um ministro. Este cenário é agravado, se assim pode-se dizer, quando em 1980 há a troca de ministros da fazenda, saía do poder Karlos Rischbieter, com quem Delfim Netto havia algumas divergências, conforme citam Cruz e Silva e Assaf (2021), e entra Ernane Galveãs.

Ernane Galveãs havido trabalhado durante o período do milagre junto com Delfim, o que garantia uma certa afinidade entre os dois e seus ministérios. Para Cruz e Silva e Assaf (2021), isto garantiria poderes ilimitados a Delfim, de forma com que nenhum outro ministro conseguisse sobrepujar o então ministro do planejamento.

Feita essa nota quanto a quebra ideológica, e os poderes quase absolutistas de Delfim, cabe nesse momento análise das políticas e ações do governo dentro do período. Para isso, se usará a divisão citada no início desta seção.

Conforme traz Hermann (2011), Delfim acreditava que o estrangulamento externo da economia em 1979 gerava um excesso de demanda generalizado, aliado a desajustes de preços relativos, fazendo com que essa demanda em excesso estivesse mal distribuída entre os setores. Diante disso, Delfim então estipula que a

taxa de câmbio deveria ser corrigida, de forma a estimular as exportações e direcionando a demanda para o setor de bens de produção interno, acrescenta Hermann (2021). Cabe ainda ressaltar, a determinação por parte do governo de uma maxidesvalorização do câmbio, na casa dos 30%, em dezembro de 1979, como parte desse programa.

Já na área fiscal, Delfim buscava conter o déficit público e, para isso, corrigiu as tarifas públicas e começou um controle sobre os gastos governamentais, conforme traz Hermann (2011). Essas medidas tiveram impacto direto na aceleração da inflação, que chega ao patamar de 93% ao ano, naquele biênio, que por sua vez fez com que a política salarial fosse mudada, assim os reajustes dos salários tanto públicos quanto privados passavam a ser semestrais e não mais anuais.

Hermann (2011) ainda adiciona que seriam esses reajustes mais frequentes, aliados aos reajustes de contratos na mesma periodicidade, fatores retroalimentadores da inflação, por consequência da inflação inercial. Sendo assim, um dos fatores para a chamada década perdida, nome dado a década de 1980 no Brasil, em que a economia não obteve resultados satisfatórios.

Assim, pode-se dizer que as medidas tomadas pela equipe econômica formada por Galvêa e Delfim não possuíam o mesmo caráter que as medidas propostas por Simonsen, ressaltando a quebra de ideologia mencionada anteriormente. Na passagem abaixo Hermann reforça esse fato e mostra os resultados dessa medida:

Em suma, o modelo de ajuste externo implementado no período de 1979-80 se pretendia não recessivo, combinando controles fiscal e monetário com ajustes de preços relativos que, idealmente, favoreceriam a balança comercial e recuperariam as contas públicas, resolvendo, ao mesmo tempo, os desequilíbrios externo e fiscal. Na prática, porém, esses ajustes de preços se tornavam inócuos, porque a aceleração da inflação corroía rapidamente os aumentos reais obtidos a cada rodada de correção. No biênio 1979-80, a recessão, de fato, foi evitada (o PIB cresceu à taxa média de 8% ao ano no período), por uma combinação de aumento das exportações e “crescimento inercial” dos investimentos públicos e privados do II PND, que estavam sendo finalizados.

(HERMANN, 2011, p. 89)

Antes de fechar a análise deste primeiro biênio, é importante ressaltar que a situação do desequilíbrio externo brasileiro, que segundo Hermann (2011), não foi de forma alguma diminuído durante o período. O déficit nas reservas foi de cerca de US\$ 5 milhões (de US\$ 12 milhões em 1978 para cerca de US\$ 7 milhões em 1980). Essa

queda foi relevante para o período que adentraria em 1981 em 1982, fazendo com que o país precise adotar uma postura diferente a partir da nova conjuntura.

As medidas heterodoxas propostas por Delfim para o biênio de 1979-1980 não surtiram o efeito de ajustamento esperado pela equipe econômica a época. A passagem abaixo de Macarini ajuda a descrever de forma clara o cenário que era vivido no Brasil:

Na raiz desse movimento da política econômica estava a evolução indomável da conjuntura: déficit comercial vultoso (crescente desde o começo do ano – contra uma previsão de alcançar relativo equilíbrio), extrema dificuldade de obtenção de novos empréstimos durante o 1o semestre, contínua perda de reservas, aumento dos spreads (sinal de piora na avaliação de risco do prestador), crescente endividamento de curto prazo. Em suma, às dificuldades para arbitrar as fricções suscitadas pelos interesses domésticos, se levantava contra a política econômica heterodoxa um autêntico veto dos bancos internacionais.

(MACARINI, 2008, p.21)

Conforme Hermann (2011) e Macarini (2008), essa conjuntura interna e externa, levou o governo a assumir um modelo de ajuste recessivo. Esse por sua vez tinha um caráter mais ortodoxo, alinhado com a proposta inicial de Simonsen quando era ministro do planejamento.

A política econômica que adentraria o período seria focada quase que exclusivamente em políticas monetárias, que aumentariam de forma rápida a taxa de juros na economia, conforme exposto por Hermann (2011). A taxa de juros tinha um duplo objetivo, agindo tanto sob a demanda por crédito interna, quanto sobre a oferta de crédito externa. Hermann deixa isso evidente na passagem abaixo:

Os juros altos atuavam duplamente sobre o BP: reduzindo o déficit em conta corrente, através da redução da absorção interna, e, ao “empurrarem” as empresas (inclusive as estatais) para o mercado internacional, em busca de juros menores, atrairiam capital estrangeiro para financiar aquele déficit, que, reconhecidamente, não seria eliminado a curto prazo.

(HERMANN, 2011, p. 90)

A política monetária recessiva, evitada anteriormente durante o PAEG, agora se tornava obrigatória e permaneceria até o fim do governo militar, gerando uma forte recessão entre os anos de 1981 e 1983, com o encolhimento do PIB de em média 2.2% ao ano, conforme traz Hermann (2011). Segundo Netto e Modiano (2020), a balança comercial reagia positivamente aos estímulos da política monetária contracionista, já mostrando resultados positivos em 1981, quando o saldo do BP mostra uma melhora.

Todavia, de acordo com Hermann (2011), mesmo colhendo bons frutos na balança de pagamento em 1981, a entrada de capitais ainda não era suficiente para a demanda da dívida externa, e o cenário precário de reservas internacionais permanecia. Segundo Carneio e Modiano (2020), após a moratória do México em 1982, aumentou-se a dúvida sobre o potencial de pagamento dos países em desenvolvimento, que faz com que o fluxo de investimentos aos maiores devedores do terceiro mundo fosse ainda mais restringido.

Dessa forma, o Brasil se vê obrigado em 1982 a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e negociar um pacote de ajustamento para a situação cambial brasileira, que se encontrava em seu pior momento, conforme trazem Netto e Modiano (2020). O FMI fez um empréstimo ao Brasil sobre condições específicas ao governo brasileiro, atrelando o crédito a manutenção de uma política monetária restritiva, conforme cita Hermann (2011). Em outras palavras, o FMI estava impondo que o Brasil seguisse políticas ortodoxas para os reajustes necessários na época.

Em 1983 e 1984, o Brasil passaria também a adotar uma política fiscal contracionista, aumentando-se a carga tributária e reduzindo os investimentos públicos, que conduziu numa queda percentual dos investimentos no PIB, conforme traz Hermann (2011). Essa medida não visava somente restringir a demanda agregada da economia, mas também pretendia frear o déficit público, meta que não foi alcançada, de acordo com Hermann (2011).

Assim, para concluir esta seção e este capítulo, conclui-se que o governo Figueiredo por sua vez não possuía muitas opções dentro do cenário em que estava inserido. O segundo choque do petróleo, os desarranjos do balanço de pagamentos e a dívida externa obrigaram o governo a tomar medidas contracionistas e a recorrer ao FMI. Por mais que durante os seus primeiros anos do mandato, Delfim Netto tenha tentado uma experiência heterodoxa, conforme Macarini (2008) a nomeia, o ajuste ortodoxo adiado do período do II PND, fez-se necessário na segunda passagem do ex-ministro pelo poder.

Dessa forma, conclui-se esse capítulo que evidencia diferenças claras entre todos os governos militares e a forma com que esses pensavam e faziam política econômica. Baseando-se nos detalhes expostos nesse capítulo, será analisado dentro do próximo, a existência de desenvolvimentismo dentro desses períodos.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Feita a análise histórica conjuntural dos governos militares, inicia-se agora o capítulo que irá se debruçar sobre a questão central dessa monografia. Houve desenvolvimentismo durante o período militar?

A partir da conjuntura descrita no restante do trabalho, já é possível criar hipóteses e ter indícios de que sim, houve um viés desenvolvimentista durante os governos militares. Todavia, conforme explicitado na introdução deste trabalho, essa é uma hipótese levantada frequentemente na academia, que todavia carece de uma resposta clara e objetiva.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo será responder essa questão e explicitar as ações e fatos que confirmam ou não a hipótese. Para isso, será analisado cada um dos subperíodos separadamente, analisando os dados, e determinando se esses seriam enquadrados em desenvolvimentistas ou não.

Essa análise será baseada nos dados expostos anteriormente no último capítulo e por outros dados macroeconômicos que possam ajudar a esclarecer a presença de cada uma das variáveis. É válido lembrar, conforme dito no capítulo 2, que para ser considerado desenvolvimentista, o subperíodo necessita possuir 3 respostas positivas nas 3 primeiras variáveis, e uma resposta negativa na quarta variável. Sendo as variáveis as seguintes:

1. Projeto Nacional: o governo explicitou a pretensão de um projeto de “superação do atraso” para a nação, ou assumiu-se como ator ou agente relevante para a construção de um futuro desejável para o país?
2. Intervenção estatal: o governo manifestou que o crescimento/ desenvolvimento econômico era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de pretender utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a implementar seu projeto, como para acelerar o crescimento econômico, mesmo que não tenha logrado êxito?
3. Industrialização: o governo manifestou que a industrialização era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a acelerar seu crescimento, mesmo que não tenha logrado êxito?
4. Socialismo: o governo manifestou sua opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado. Socialismo: o governo manifestou sua

opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado  
(FONSECA, 2015, p.55)

Além disso, é válido ressaltar o caráter subjetivo dessas perguntas e por consequência de suas respostas, conforme Fonseca (2015) menciona ao formulá-las. A resposta para uma intenção ou um viés não podem ser apenas denotadas por dados, como crescimento do PIB, maior participação do setor industrial etc. Uma ideia ou ideologia pode permear a formulação de uma política, e na prática essa não gerar os efeitos esperados. Esse fato não anula a intenção e objetivo dessa ideia, e por consequência não exclui a presença de uma ideologia.

A única variável que será analisada de forma separada, para todo o período da ditadura militar, será a variável 4 (Socialismo), por possuir a mesma resposta para todos os governos e planos econômicos. Para ajudar a análise, foi montado o quadro 1 onde se denota as respostas (sim ou não) dada para cada variável em cada período. Esse segue abaixo:

Quadro 1 – Presença das variáveis por subperíodo

Subperíodo analisado	Projeto Nacional	Intervenção Estatal	Industrialização	Socialismo
Os primeiros anos do governo – 1964 a 1967	Sim	Sim	Não	Não
O milagre econômico – 1967 a 1973	Sim	Sim	Sim	Não
Governo Geisel e o II PND – 1973 a 1979	Sim	Sim	Sim	Não
Governo Figueiredo e o final do regime – 1979 a 1985	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir do quadro descrito acima, fica evidente a presença contínua da intervenção estatal dentro de todos os governos. Todavia, como essa tinha objetivos diferentes em cada período e foi feita de forma distinta por cada *policymaker*, não será estudada de forma única, como a variável socialismo.

Já era de se esperar que o socialismo não estaria presente em nenhum dos governos militares, já que o combate a esse era um dos principais motivos usados pelos militares para suportar o golpe feito em 1964. Além disso, é importante ressaltar o esforço feito pelos militares para a aceleração do desenvolvimento capitalista durante os anos em que estiveram à frente do poder. Conforme dito no capítulo anterior, havia uma preocupação dos governos em incentivar o mercado interno e obter uma estrutura industrial capaz supri-lo, principalmente durante o I PND e II PND.

Alinhado a isso, é válido dizer que todos os pensadores econômicos que foram encarregados do poder a época podiam divergir quanto aos meios para o crescimento econômico, alguns mais ortodoxos, como Bulhões e Simonsen, outros mais heterodoxos, como Delfim Netto, mas estavam em sintonia quanto ao capitalismo ser o modelo ideal para o se implementar o desenvolvimento econômico. Ainda discutindo estes pensadores, é válido ressaltar que a escolha de Octavio Gouveia de Bulhões para ser o primeiro ministro da fazenda do regime não foi ocasional. Bulhões era um dos principais pensadores neoliberais da época, e sua presença no governo demonstrava justamente uma quebra com o período anterior e uma afirmação do capitalismo liberal no poder.

Durante o governo Figueiredo, a necessidade de recorrer ao FMI para conseguir amenizar a situação das contas externas fez com que o Brasil fosse obrigado a recorrer a medidas ortodoxas novamente, como durante o PAEG, reafirmando o modelo capitalista. E se analisado o período pelo qual Delfim estava no poder, mesmo que não havendo medidas ortodoxas (excluindo o curto espaço de tempo anterior a saída de Costa e Silva do poder mencionado no capítulo 2), o Brasil sempre optou por medidas de desenvolvimento que visassem o crescimento da competição internacional dos produtos brasileiros e fortalecimento das estruturas de mercado dentro do país, aspectos não presentes dentro de um regime socialista planejado.

Dessa forma, fica evidente que independente do governo que seja analisado, o Brasil da era militar era capitalista. Não importa se estava passando por um momento de reestruturação e estabilização econômica, como durante o PAEG, onde havia políticas ortodoxas e o foco era o controle da inflação, ou se estava passando por um momento de foco no desenvolvimento e crescimento econômico, com investimento pesado na indústria de base e com grandes obras de infraestrutura como durante o II PND.

Analisada a variável 4 (socialismo), inicia-se o processo de análise de cada subperíodo. Para isso, este capítulo será dividido em quatro subitens (assim como feito no capítulo 3) e no início de cada um deles será apresentado uma parte do quadro 1 a respeito do governo a ser analisado.

#### 4.1. OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO MILITAR DE 1964 A 1967

Quadro 2 – Presença das variáveis nos primeiros anos do governo

Subperíodo analisado	Projeto Nacional	Intervenção Estatal	Industrialização	Socialismo
Os primeiros anos do governo – 1964 a 1967	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme exposto no terceiro capítulo, o governo instaurado em 1964 inicialmente precisava sinalizar uma quebra de paradigmas com o que vinha sendo feito na esfera econômica anteriormente, uma vez que esse era um dos principais motivos legitimadores para o golpe político feito em março daquele ano. Para isso, levou à frente da pasta econômica um dos maiores representantes do neoliberalismo no Brasil naquela época, Octávio Gouveia de Bulhões.

É importante ressaltar quem estava à frente do Ministério da Fazenda e o que essa pessoa pensava, uma vez que isso ajuda na identificação das variáveis que determinam a existência do desenvolvimentismo dentro do governo. Nesse caso, Bulhões, era um ortodoxo, e discordava diretamente dos desenvolvimentistas quanto ao papel da industrialização no Brasil. Para o ex-ministro da fazenda o desenvolvimento do Brasil não viria do investimento na indústria especificamente, mas da alocação ideal de recursos onde gerasse ganho de produtividade, independente do setor que fosse.

De fato, a posição ideológica de Bulhões e sua equipe econômica influenciaram ao posicionamento de pouco estímulo direto para a indústria nesse primeiro momento do regime. Sustentando, assim, a resposta negativa a variável industrialização do quadro 2 exposto acima.

Todavia, este alinhamento neoliberal por si só não sustenta a não presença de um plano industrial para o Brasil durante os primeiros anos do governo. É importante ressaltar que o país vivia uma situação crítica na esfera econômica nessa época, onde o crescimento de 0,6% do PIB em 1963 e a aceleração da inflação não deixavam muito espaço para políticas de desenvolvimento industrial. Dado esse cenário, a equipe econômica não tinha muita escolha a não ser implementar um plano econômico que visasse a reorganização e estabilização econômica do país, e foi assim que nasceu o PAEG.

O desalinhamento com a questão industrial fica evidente desde os primeiros parágrafos do PAEG, ressaltando a ideologia dos seus formuladores. A passagem abaixo expõe justamente a crítica feita por Bulhões aos desenvolvimentistas que tinham foco na indústria:

Há dois modos bem distintos de encarar o processo de desenvolvimento econômico. O primeiro vê tudo em termos de intensificação do ritmo de formação física de capital, envolvendo assim um certo grau de ilusão mecanicista. O segundo encara o desenvolvimento como um processo através do qual os agentes econômicos, consumidores e empresas, adequadamente motivados, aprendem a mobilizar de forma eficiente os recursos materiais e humanos, para realizar o potencial máximo de crescimento do produto real da comunidade.

(BRASIL, 1965, p. 5)

O PAEG foi um programa que buscava retomar o ritmo de crescimento que o Brasil havia vivido no início da década de 1960, mas mais importante que isso, buscava a estabilização macroeconômica conforme visto no terceiro capítulo. Assim, o principal “inimigo” do governo durante o período que se estende 1964 a 1967 seria a inflação, que ressalta a marca ortodoxa do programa.

Mesmo com o foco na estabilização econômica, e recuperação do crescimento do país por consequência, o PAEG possuía um caráter importante quanto a evolução da sociedade brasileira e os impactos do crescimento econômico nela. Dentre os objetivos do PAEG, citados por Resende (2020), o terceiro, aliviar as diferenças econômicas regionais, setoriais e sociais por meio da elevação das condições de vida; mostra essa a preocupação do governo com a superação de um subdesenvolvimento regional. Aliado a isso, a equipe econômica ao montar o plano traçou inúmeros pontos de estrangulamento, os quais freavam o desenvolvimento do país e o impediam de continuar o ciclo de crescimento vivido anteriormente, conforme traz Curado (2021).

A fim de lograr êxito nesse quesito, o governo implementou uma série de políticas de produtividade social, dentre elas uma nova política salarial, política agrária, política habitacional e política educacional. Esse bloco de medidas visava justamente atacar essas diferenças regionais e promover um avanço na qualidade de vida dos brasileiros.

Assim, mesmo que não sendo da mesma forma que um plano econômico desenvolvimentista, cujo objetivo central é a superação do atraso econômico nacional, pode-se dizer que o PAEG possuía sim um caráter de superação de atrasos e de

desenvolvimento nacional. Dessa forma, faz-se coerente dizer que o plano econômico vigente nos primeiros anos do governo militar possuía presença da primeira variável necessária para o desenvolvimentismo, mesmo que não tenha logrado êxito nesse quesito.

Um dos maiores impactos sociais, que acaba sendo o principal contribuinte para a falha do terceiro objetivo do PAEG, foi a política salarial implementada pela equipe econômica na época. A política salarial de 1965, foi a primeira contribuição direta de Mário Henrique Simonsen aos governos militares, primeiramente vigente apenas os cargos públicos e em 1966 também no setor privado. A fórmula tinha um objetivo simples, aliviar a pressão dos salários sobre a inflação, o qual logrou êxito. Todavia, os impactos sociais causados pela nova fórmula de reajuste foram a causa do aumento das desigualdades sociais, e não foi a melhor forma de alcançar os objetivos do programa.

Aliado à política salarial, a política fiscal e a política creditícia foram as 3 frentes nas quais o governo mais focou-se para conseguir lograr seus objetivos. Na política fiscal, o aumento de alguns impostos e a reformulação de outros, logrou grande êxito para a redução dos déficits orçamentários, caindo de 3.2% para 1.1% dentro do período. Já a política creditícia, pode-se dizer que foi mais folgada, grande parte pela preocupação do governo com o crescimento econômico. Por mais que de forma geral o programa tivesse um caráter ortodoxo, a necessidade do crescimento econômico, seja para a legitimação do regime ou para mostrar um horizonte de esperança a população, obrigava ao governo a ter uma certa tolerância com a inflação e a adotar uma política de crédito mais branda, que mostra alguns traços heterodoxos na execução da política econômica. A meta de expansão que era 30% na sua proposta inicial para 1965, foi de cerca de 83,5% naquele ano, reforçando a ideia de que o governo precisou ceder para crescer.

Dessa forma, é satisfatório dizer que o governo mesmo sendo ortodoxo, se viu obrigado a intervir na economia para lograr os impactos que planejava ter. Independente se para conter a inflação ou para lograr o crescimento econômico legitimador mencionado anteriormente, a política econômica executada foi de certa forma intervencionista, mostrando assim a presença da variável intervenção estatal durante o período.

Com isso, cabe concluir que o período de 1964 a 1967 não foi desenvolvimentista, seja pela necessidade conjuntural vivida na época ou pelo alinhamento ideológico com o neoliberalismo de seus *policymakers*. Das 3 variáveis necessárias para se considerar desenvolvimentista, o primeiro governo militar possui apenas 2 (intervenção estatal e projeto nacional), sendo essas duas mais alinhadas com seus objetivos ortodoxos do que realmente com um plano desenvolvimentista.

A implementação do PAEG, como plano de estabilização e reforma, foi essencial para criar o ambiente institucional necessário para o milagre econômico que viria a seguir, cumprindo assim a sua função ortodoxa estabelecida pelos seus pensadores. Todavia, as medidas tomadas durante o período e a constante preocupação com o crescimento econômico, fizeram com que em algumas ações a equipe econômica tivessem um certo grau de heterodoxia. Por fim, pode-se dizer então que o PAEG foi um plano econômico ortodoxo, que não buscava o crescimento industrial e por isso o período não pode se definir como desenvolvimentista.

#### 4.2. O MILAGRE ECONÔMICO – 1967 A 1973

Quadro 3 – Presença das variáveis durante o milagre econômico

Subperíodo analisado	Projeto Nacional	Intervenção Estatal	Industrialização	Socialismo
O milagre econômico – 1967 a 1973	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Lago (2020), o período que se estende de 1967 a 1973 é comumente conhecido o período do milagre econômico brasileiro, dado o rápido e significativo crescimento econômico vivido na época. A política econômica praticada durante o período é classificada constantemente na literatura como desenvolvimentista, e de fato conforme é exposto no decorrer dessa sessão, os planos econômicos implementados por Delfim Netto durante o período não deixam dúvidas quanto o seu caráter desenvolvimentista.

Como feito na última sessão, é importante destacar quem foi Delfim Netto, para entender o impacto de seu pensamento dentro do planejamento econômico do milagre. Antônio Delfim Netto, conforme Hespanhol e Saes (2021) foi um dos homens mais influentes do governo militar, sendo um acadêmico de ideias plurais e um vanguardista de métodos quantitativos dentro da academia brasileira, foi um dos

criadores do programa de pós-graduação em economia da USP e o precursor do uso de econometria dentro do governo federal.

Não obstante, Delfim chega ao poder aos seus 39 anos, e já nessa idade era um adepto da ideia de desenvolvimentismo nacional, reconhecendo o subdesenvolvimento brasileiro. A sua entrada ao poder era uma clara mudança para com o governo anterior, mostrando que agora o foco do Brasil seria seu desenvolvimento e não mais estabilização.

É importante destacar a capacidade analítica do ex-ministro quando chegar ao poder. A partir da conjuntura disposta a época, Delfim Netto foi capaz de observar rapidamente os pontos de estrangulamento, assim como oportunidades e espaços criados pelo PAEG, como o hiato industrial causado por falta de apoio a indústria e o erro na identificação nos componentes causadores da inflação.

A partir dessas análises iniciais, a equipe econômica dos governos Costa e Silva e Médici (ambos governos cobertos dentro do período analisado) criaram os dois primeiros planos de desenvolvimento da ditadura militar brasileira, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Faz-se relevante ressaltar que as medidas tomadas pelos governos durante esse período poderiam gerar descontentamento da população; entretanto, em 1968 o governo de Costa e Silva trazia à tona o ato institucional 5 (AI-5), que reafirmava o autoritarismo do regime, que passaria a perseguir e punir todos que fossem uma ameaça a ele, o que trouxe certa segurança a equipe econômica para tomar atitudes impopulares caso necessário.

Conforme exposto anteriormente neste trabalho, em 1967 a equipe econômica liderada por Delfim Netto lança o que seria seu primeiro plano econômico do seu mandato, o PED. O PED, por sua vez, já mostrava uma quebra com o ortodoxíssimo do PAEG desde suas primeiras estrofes, primeiramente pela organização de seus objetivos e depois pelo tipo de nomenclatura utilizada para defini-los. O PAEG trazia dentre seus objetivos principais, primeiramente a contenção da inflação e estabilidade macroeconômica e depois o crescimento econômico, enquanto o PED troca a ordem dos fatores e passa a trazer o desenvolvimento econômico a frente do combate à inflação.

Deve-se ressaltar que há uma relação direta entre a conjuntura vivida na elaboração de cada um dos planos e a suas prioridades, afinal o PAEG criou uma estabilidade a qual foi extremamente necessária para o PED, e a qual não existia quando o primeiro foi formulado. Todavia, é interessante destacar a mudança na forma em que o governo expõe a sua busca por crescimento econômico, dentro do PAEG o objetivo secundário era descrito dessa forma, crescimento econômico, pois seria por meio desse que a sociedade iria desenvolver. Já no PED, a nomenclatura utilizada é desenvolvimento, mostrando um alinhamento de ideias com a heterodoxia e reconhecendo dessa forma que havia um atraso da economia brasileira.

Esse fato já sugere que dentro do PED haveria a existência da primeira variável, projeto nacional, que é confirmada a partir das ações tomadas pelo governo para atingir seu objetivo principal. Dentre as ações tomadas pelo governo, citadas anteriormente no terceiro capítulo, vale ressaltar a política fiscal, onde o governo elevou o teto de isenção do IR das pessoas físicas, aumentando seu poder de compra, e aumentou prazo para recolhimento do IPI das empresas, aumentando seu capital de giro. Duas medidas que juntas aumentariam o consumo do mercado interno, acelerando a economia.

Já dentro da política monetária, houve um aumento significativo na oferta de moeda real e do crédito dentro da economia, em especial o crédito para o setor privado. A equipe econômica do governo Costa e Silva, notou a oportunidade deixada pelo PAEG ao não promover a indústria durante os anos iniciais do regime, assim a produção industrial estava muito abaixo da sua capacidade naquele momento, conforme traz Resende (2020). Delfim então prontamente entendeu que com os estímulos corretos, o setor iria crescer rapidamente e ser chave para o crescimento nacional.

Tanto a redução do IPI, como os investimento diretos na indústria (expansão do crédito e outros estímulos buscados pelo governo) mostram a presença das duas outras variáveis necessárias para o desenvolvimentismo dentro do PED, intervenção estatal e industrialização. Mesmo que o foco do PED não fosse apenas o crescimento via indústria, pois havia um plano de investimento multissetorial, não se pode negar que havia uma preocupação e um apelo especial da equipe econômico para o crescimento industrial.

Com a saída de Costa e Silva do poder e a entrada de Médici, houve uma mudança na forma em que o governo encararia o desenvolvimento econômico. A linha de pensamento seguiria a mesma do PED, mas com a chegada do novo presidente ao poder, os anseios por crescimento cresceram rapidamente. Conforme menciona Macarini (2005), Médici almejava mudar o papel do Brasil na ordem econômica mundial e com isso buscava grandes taxas de crescimento.

Essa busca por grandeza de Médici, aliado a capacidade técnica da equipe econômica, foi a base para o I PND. O plano econômico que seria implementado para o restante do período estava sustentado no modelo agrícola-exportador, que consistia em gerar o crescimento do mercado interno e dos mais diversos setores da economia, a partir do incremento da produção agrícola e das exportações. Dito isso, é fácil identificar a presença da primeira variável necessária para o desenvolvimentismo dentro do I PND (plano nacional), havia um reconhecimento dos pontos de oportunidade dentro da economia brasileira e de seu atraso frente as economias mais desenvolvidas, estabelecendo a partir daí um plano para o desenvolvimento nacional e superação desse cenário.

Conforme consta no capítulo anterior, o foco na agricultura pode insinuar uma quebra com o processo pró-indústria e um retrocesso do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Todavia, a ideia era de que o crescimento da agricultura e sua modernização gerariam demandas sobre o setor industrial brasileiro, continuando assim o processo iniciado com o PED. Uma exemplificação desse processo pode ser vista na redução do IPI e ICM para a fabricação de tratores e isenção dessas mesmas tarifas para insumos diretos a agricultura, assim haveria uma situação de ganho tanto no setor industrial que ofertava esses produtos, quanto para o setor agrícola que os demandava.

Além disso, dentro do governo havia uma preocupação em especial com o setor industrial. Além das políticas fiscal e monetária expansionistas adotadas pelo governo, onde havia planos de expansão do crédito ao setor privado e redução de impostos como IPI e ICM, o governo também possuía planos específicos para esse setor. O plano siderúrgico nacional é um ótimo exemplo, uma vez que visava um crescimento exponencial para o setor durante os 10 anos que se sucederiam. Sendo assim, fica clara também a presença da terceira variável necessária para o desenvolvimentismo (Industrialização), uma vez que o setor era foco de medidas diretas do governo, que

visavam seu crescimento e uso de toda sua capacidade ociosa advinda do período do PAEG.

As intervenções feitas pelo governo, tanto na figura das políticas fiscais, redução impostos, criação do PIS/PASEP, extensão de prazos de recolhimento etc. Como na figura de política monetária, expansão de crédito a empresas privadas, redução na taxa cobradas pelos bancos, redução da porcentagem de depósitos compulsórios etc. Lograram bons resultados já nos anos de 1972 e 1973, como a plena utilização da capacidade produtiva industrial, crescimento de 14% do PIB em 1973, crescimento da indústria de 16,6% também em 1973. Com isso, conclui-se também que houve a presença da segunda variável necessária para o desenvolvimentismo (*Intervenção estatal*) dentro do I PND, já que o governo por meio de suas políticas interferiu na economia com o intuito de alcançar os objetivos traçados dentro do seu planejamento econômico.

Conclui-se assim que período do milagre econômico, pode de fato ser chamado de desenvolvimentista. Mesmo apresentando dois planos econômicos distintos, a intenção e o objetivo da equipe econômica mantiveram-se durante todo o período, sempre buscando a superação do atraso econômico nacional por meio de diversos setores da economia, com ênfase especial a indústria.

#### 4.3. GOVERNO GEISEL E O II PND – 1973 A 1979

Quadro 4 – Presença das variáveis durante o II PND

Subperíodo analisado	Projeto Nacional	Intervenção Estatal	Industrialização	Socialismo
Governo Geisel e o II PND – 1973 a 1979	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

O fim do milagre econômico se dá em sintonia ao primeiro choque do petróleo mundial, onde o preço do barril foi multiplicado por 4, impactando fortemente toda a economia global e mostrando a força de mercado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), de acordo com Netto (2020). Como visto anteriormente, a economia brasileira estava centrada em um modelo agrícola-exportador, e com o movimento feito pela OPEP no preço do petróleo, o cenário brasileiro acabou sendo muito impactado.

Conforme exposto no capítulo anterior, a equipe econômica que assumia o Brasil na época, liderada por Mário Henrique Simonsen, possuía duas opções frente

a conjuntura econômica mundial. De acordo com Castro (1985), a primeira era optar por um período de ajustamento, onde o país passaria por um momento de recessão e esperaria a melhora da conjuntura econômica mundial. A segunda opção era optar por financiar o desenvolvimento nacional, que seria uma aposta, uma vez que se investiria na expansão do mercado interno e das exportações, o que seria característico de um movimento anticíclico para a economia.

Em linha com o que traz Hermann (2011), a segunda opção era uma sinalização de que o governo estava encarando a crise mundial como passageira e aplicaria políticas heterodoxas como forma de não impactar o país dado o cenário pessimista da economia mundial. Apesar de Mário Henrique Simonsen ter sido um representante da ortodoxia dentro do Brasil, a opção adotada pela equipe econômica liderada por ele seria essa, ou seja, a opção heterodoxa. É relevante lembrar que o governo precisava manter o crescimento econômico que havia sido obtido durante o I PND, por conta da questão legitimadora, já abordada anteriormente, mas também por conta da pressão do empresariado brasileiro para que se continuasse o processo de crescimento econômico, evitando de toda maneira uma recessão.

A escolha feita pelo governo foi materializada no segundo plano de desenvolvimento (II PND), o qual estava proposto a cobrir o atraso econômico existente no Brasil. Em outras palavras, o plano iria acabar o processo de substituição de importações (PSI), iniciado na década de 1930. Dito isso, fica evidente a presença da primeira variável do desenvolvimentismo, o II PND era a materialização de um plano de desenvolvimento nacional que visava a acabar com o atraso de uma nação.

Assim como exposto no capítulo anterior, o II PND previa uma série de investimento públicos e privados nos mais diversos setores, mantendo assim as diretrizes de política monetária expansionista que vinha desde o PED. Dentre esses setores, pode-se destacar o setor de infraestrutura, bens de produção e insumos básicos e o energético. Esses setores eram tidos como os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, e, por isso, passariam a ter um foco especial do governo federal.

Os setores acima eram essenciais para a indústria brasileira, a qual passava a ter o foco 100% do governo federal, que já não tinha mais o modelo agrícola exportador de Delfim Netto como o centro de seu pensamento de crescimento. Além disso, a finalização do processo de substituição de importações, que passava estar em pauta,

obrigava que o setor industrial fosse o foco do governo. Portanto, é correto afirmar que o período também possui a terceira variável necessária para o desenvolvimentismo.

O investimento nesses setores “chave” se daria em sua grande maioria por meio do investimento público, via BNDE, usando linhas de crédito subsidiadas. E por meio de investimento externo, já que o cenário de crédito internacional estava aquecido dada a abundância de liquidez originária dos “petrodólares”, mencionada anteriormente.

Aliado a isso, o governo federal vinha a lançar grandes obras de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Itaipu em conjunto com o Paraguai, e as usinas nucleares de Angra dos Reis, como forma de suprir a demanda elétrica da nação e da indústria. Ainda na questão energética era lançado o programa Proálcool, medida direta de combate a crise mundial vivida dado o choque do petróleo.

Neste processo, é importante também ressaltar o papel das estatais no plano do governo, que tiveram sua participação na formação bruta de capital fixo (FBCF) acrescida cerca de 7%, frente a média do período do milagre, passando de 33% para 40%. Essas medidas tornam evidente a intervenção estatal do governo para a execução de seu plano, o que mostra a presença da segunda variável e a última necessária para que este período seja classificado como desenvolvimentista.

Assim cabe concluir que o II PND foi talvez o maior projeto desenvolvimentista brasileiro após o plano de metas de Juscelino Kubistchek e talvez o último presenciado no Brasil até o ano de 2022. Todavia, não é difícil de identificar que esse período seria desenvolvimentista, dado que desde as primeiras páginas do seu plano econômico, havia menções a superação do subdesenvolvimento e do foco do governo na indústria brasileira.

Todavia, um fato curioso é que diferentemente do que havia acontecido no PAEG e no PED/I PND, dessa vez o ministro da fazenda por trás do plano não era totalmente alinhado com a ideologia sendo aplicada ali. Simonsen, apesar de aceitar algumas ideias heterodoxas, era de fato um representante da ortodoxia brasileira. Sendo avesso a inflação e cauteloso quanto a programas de desenvolvimento nacional, o que torna ainda curioso ter sido escolhido para reger o programa desenvolvimentista do final da década de 1970.

#### 4.4. GOVERNO FIGUEIREDO E O FINAL DO REGIME – 1979 A 1985

Quadro 4 – Presença das variáveis durante os últimos anos do regime

Subperíodo analisado	Projeto Nacional	Intervenção Estatal	Industrialização	Socialismo
Governo Figueiredo e o final do regime – 1979 a 1985	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme descrito no terceiro capítulo, no final da década de 1970 haveria o segundo choque do petróleo, o que mudava totalmente o cenário econômico mundial novamente. Se antes o cenário de crédito mundial era favorável dado a liquidez disponível por conta dos “petrodólares”, agora mudava radicalmente e tornava-se um verdadeiro pesadelo para o Brasil, com o aumento das taxas de juros internacionais.

O país que durante todo o II PND havia tomado crédito internacional para financiar suas políticas anticíclicas estava diante de o pior cenário que poderia prever. Juntamente ao choque do petróleo, o Brasil mudava de presidente, entrando o general Figueiredo, o último presidente do governo militar. Figueiredo mantém Mário Henrique Simonsen dentro do governo, contudo, o tira do Ministério da Fazenda e o coloca para o Ministério do Planejamento, que agora passaria a ser a cabeça da política econômica do governo militar até o seu fim.

Simonsen, diante da conjuntura econômica disposta no momento, temia pelo pior para o país. Sendo assim, não via saída a não ser optar pelo ajustamento postergado no último primeiro choque do petróleo, quando recém havia assumido o Ministério da Fazenda.

Porém, tal como no passado, o empresariado brasileiro não gostou das propostas feitas por Simonsen, colocando uma forte pressão no governo federal para a mudança ministerial. De fato, é importante ressaltar que o ambiente político não era favorável, havia já um descontentamento geral com o regime militar, que só deixava a situação de Mário Henrique Simonsen mais delicada dentro do ministério. Por conta disso, ainda em 1979 o ex-ministro seria deposto, para a entrada de Delfim Netto, que era mais alinhado com os anseios do empresariado brasileiro e com algumas partes do governo.

Antes de partir para análise das políticas propostas por Delfim a partir de 1979, faz-se necessário dizer que o curto período no qual Simonsen passou pelo poder

durante o governo Figueiredo não tinha nenhum caráter desenvolvimentista. Ao contrário disso, a proposta do ex-ministro era de frear a economia brasileira de forma a passar pela recessão mundial e adaptar-se após ela à nova realidade econômica, cessando assim as políticas expansionistas do II PND.

Assim como mencionado no capítulo anterior, a entrada de Delfim Netto para encabeçar a pasta econômica era uma clara sinalização ao mercado de que as políticas propostas por Simonsen não continuariam. Porém, se o empresariado acreditava que Delfim não faria políticas de ajustamento, estavam errados. Sob as circunstâncias vividas a época, o recém-empossado ministro, juntamente com sua equipe econômica, entendia e concordava com a necessidade de ajustamento; entretanto, não acreditava que a maneira proposta por Simonsen era a ideal.

Deste modo, a ideia da equipe econômica liderada por Delfim Netto, era de fazer um ajustamento não recessivo da economia: combinando políticas fiscais, como a correção de tarifas públicas e o controle dos gastos governamentais, com políticas monetárias, onde o intuito era a partir de uma maxidesvalorização cambial, aumentar a demanda por produtos de produção nacional no mercado interno, ao mesmo tempo que eram estimuladas as exportações.

Antes de continuar a análise do período, já é possível aqui identificar a presença da segunda variável desenvolvimentista no período, de fato a única que pode ser observada conforme o quadro exposto no início desse capítulo. Houve constante intervenção estatal durante os primeiros anos do governo, dado a necessidade de evitar-se o ajustamento econômico recessivo, que assombrava o Brasil a época.

Mesmo com seu intuito de promover um ajustamento não recessivo, as medidas propostas pelo ministro do planejamento não surtiram o efeito esperado, e a situação externa brasileira se tornava cada vez mais delicada. Esse fato acabou obrigando a equipe econômica brasileira a mudar sua estratégia em 1981, e o ajustamento recessivo evitado anteriormente com Simonsen, já não era mais postergável.

A adoção de política monetária recessiva seria o cerne da política econômica do país a partir de agora, que passaria a operar com taxas de juros altas, desfavorecendo a economia, conforme cita Hermann (2011). Como era esperado, a política recessiva acabou gerando uma grande recessão no país entre 1981 e 1983.

De acordo com Netto e Modiano (2020), em 1982, após a moratória do México, a dúvida sobre a capacidade de pagamento dos países em desenvolvimento aumentou, o que dificultava ainda mais a situação brasileira, que não tinha fluxo de capitais e nem reservas internacionais suficientes, para aliviar a sua dívida externa.

Como resultado da crise externa, o Brasil acaba por ser obrigado a recorrer ao fundo monetário mundial (FMI), que impõe como condição para o empréstimo um pacote de medidas ortodoxas, as quais o país se via obrigado a seguir. Com isso, os anos que seguem são marcados por políticas monetárias e fiscais recessivas, com o intuito de reduzir a demanda agregada da economia e promover o ajustamento postergado desde o II PND.

A partir dos fatos expostos no terceiro capítulo, e da análise feita acima, pode-se concluir que o período final do regime militar brasileiro foi marcado por uma série de crises que não deixavam espaço para planos econômicos desenvolvimentistas. A dívida externa contraída em sua grande parte durante o II PND, foi acelerada com o segundo choque do petróleo, obrigando o Brasil a seguir com um plano de ajustamento recessivo, mesmo esse não sendo bem-visto pela sociedade brasileira.

Portanto, para fechar essa análise, deve-se dizer que não há evidências da presença da primeira e nem da terceira variável desenvolvimentista entre os anos de 1979 e 1985. Mesmo que durante o primeiro biênio o governo de Delfim Netto tenha optado por medidas heterodoxas, a fim de evitar o ajustamento recessivo, essas não supriam as necessidades para adequar-se a um plano econômico que visasse a superação do atraso, tão pouco tinham foco na industrialização como forma de superação desse atraso.

Por fim, conclui-se com esse capítulo que, de fato, houve desenvolvimentismo dentro do governo militar, sendo presente desde 1967 a 1979, cerca de metade de todo o período. Porém, como não está presente de forma homogênea em todo o período, não se pode afirmar que o regime militar foi um regime somente desenvolvimentista no Brasil.

Entretanto, é válido dizer que os governos que estiveram à frente do Brasil tiveram a capacidade de leitura das circunstâncias vividas a cada mandato, podendo assim aplicar modelos desenvolvimentistas quando havia espaço e conjuntura

econômica para isso. Quando esse cenário não era favorável, tiveram, da mesma forma, a competência de aplicar regimes de ajustamento e reorganização econômica.

## 5. CONCLUSÃO

O governo militar esteve presente no Brasil durante pouco mais de 20 anos. Entre acertos e erros, as diferentes equipes econômicas à frente do Brasil durante essas duas décadas lograram estabilizar a economia brasileira e gerar crescimentos exorbitantes, que depois viriam a ser considerados milagre. Entretanto, também possuem sua parcela de responsabilidade no que viria a ser a chamada década perdida em 1980.

O presente trabalho tinha como principal objetivo suprir a carência existente para análises quanto ao viés das políticas adotadas durante o período do governo militar, buscando explicitar se houve ou não presença de desenvolvimentismo dentro da formulação das suas políticas econômicas a época, e se esse foi presente durante todos os governos do período.

Para isso, dividiu-se o trabalho em 3 partes, a definição do conceito desenvolvimentismo, um apanhado histórico do governo militar dividido em 4 subperíodos e a análise e definição de resultados para cada governo entre 1964 e 1985. Dentro da primeira e da segunda parte, a proposta foi de expor informações quanto ao que é o desenvolvimentismo e a conjuntura econômica de cada governo militar, para que na terceira fosse possível analisar cada subperíodo de forma eficaz.

Conforme exposto durante o trabalho, a definição por si só do conceito de desenvolvimentismo poderia ser tema de outra tese. O conceito de desenvolvimentismo é trabalhado por cada autor de forma diferente, o que torna seu estudo uma prática volátil. Fonseca (2015) estuda o conceito de desenvolvimentismo definindo o que seria o seu núcleo duro. É a partir desse conceito que se faz possível a análise feita nessa monografia.

O conceito que é definido pela presença de 4 variáveis, capitalismo, plano nacional, intervenção estatal e industrialização. Formando a partir dessas, o modelo usado para analisar cada governo militar. A partir desse simples modelo e dos dados históricos disponíveis na literatura acadêmica, foi possível identificar desenvolvimentismo em dois dos quatro subperíodos analisados nesse trabalho.

É importante ressaltar nesta conclusão, que nem todos os governos militares possuíam a conjuntura ideal para a realização de um plano desenvolvimentista.

Durante os primeiros anos do governo, eram necessárias uma reforma institucional e uma estabilização econômica, para que houvesse paz e serenidade para começar um trabalho de longo prazo. Já durante os últimos anos do governo, a crise da dívida externa, acumulada do período anterior, sufocou o Brasil, deixando a equipe econômica sem escolhas a não ser medidas contracionistas.

Portanto, conclui-se que apenas durante 1967 e 1979 o Brasil apresenta políticas econômicas propriamente desenvolvimentistas. Possuindo a presença das 4 variáveis necessárias e deixando explícita sempre a sua busca pelo crescimento industrial brasileiro. Concomitante a isso, é válido ressaltar que a partir desses modelos desenvolvimentistas implementados desde o PED até o II PND, logrou-se avanços importantes para a indústria brasileira e grandes avanços para independência econômica do país.

Por fim, cabe dizer que não é possível afirmar que o período militar é desenvolvimentista, uma vez que não há hegemonia da ideologia durante todo esse. Porém, é válido dizer que sempre quando a opção pelo desenvolvimentismo estava disponível, essa foi privilegiada, como entre 1967-79.

## REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Diretrizes de Governo**. Programa Estratégico de Desenvolvimento. Brasília, jul. 1967. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1070>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**: síntese. 2. ed. Brasília, maio 1965. (Documentos EPEA, n. 1). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1073>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. **Globalização, Estado e Desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 63-96, 2007.
- CABELLO, Andre Felipe. Mario Henrique Simonsen: simbiose entre política econômica e academia. In: SALOMÃO, Ivan Colangelo *et al.* (Org.). **Os homens do cofre**. São Paulo: Unesp, 2021. p. 455-483.
- CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco E. Pires. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CRUZ E SILVA, Victor; ASAF, Matheus. Um plurivalente funcionário público contra a dívida externa. In: SALOMÃO, Ivan Colangelo *et al.* (Org.). **Os homens do cofre**. São Paulo: Unesp, 2021. p.483-514
- CURADO, Marcelo Luiz. Octávio Gouveia de Bulhões: para além do neoliberalismo. In: SALOMÃO, Ivan Colangelo *et al.* (Org.). **Os homens do cofre**. São Paulo: Unesp, 2021. p. 397-422
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, p. 587-622, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. Credibilidade e populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 59, p. 215-243, abr./jun. 2005.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 28, p. 28-46, 2008.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. [S. l.], 2015. (Texto para discussão).

HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães; SAES, Alexandre Macchione. Octávio Gouveia de Bulhões: para além do neoliberalismo. *In: SALOMÃO, Ivan Colangelo et al. (Org.). Os homens do cofre.* São Paulo: Unesp, 2021. p. 422-454.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). *In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). Economia brasileira contemporânea.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 73-97.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). Economia brasileira contemporânea.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.49-72.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1974. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p.213-240.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova Economia, [S. l.]*, v. 15, p. 53-92, 2005.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *R. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, p. 453-489, 2006.

MACARINI, José Pedro. **Crise e política econômica:** o Governo Figueiredo (1979-1984). *[S. l.]*, 2008. (Texto para discussão, v. 44).

MOURA, Alkimar Ribeiro. **PAEG e Real:** Os dois planos que mudaram a economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

NETTO, Dionísio Dias Carneiro, MODIANO, Eduardo Marco. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980–1984. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p. 263-280.

NETTO, Dionísio Dias Carneiro. Crise e esperança, 1974-1980. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p. 263-280.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma, 1967-1974. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p. 197-212

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização, 1951-1954. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p. 121-142.

MESQUITA, Mário M.C. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. *In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.* Rio de Janeiro: Atlas, 2020. p. 179-196.